

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 19ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.2 – 45ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.3 – 20ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissão

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATA



ATAS

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/6/2023

Presidência do Deputado Tadeu Martins Leite, da Deputada Leninha e dos Deputados Duarte Bechir, Antonio Carlos Arantes, Mário Henrique Caixa e Betão

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questão de Ordem – Registro de Presença – Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos deputados Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues; não recebimento do requerimento do deputado Sargento Rodrigues; discursos do deputado Sargento Rodrigues, da deputada Beatriz Cerqueira, dos deputados Professor Cleiton e Eduardo Azevedo, das deputadas Macaé Evaristo e Bella Gonçalves e do deputado Betão; Questões de Ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Questão de Ordem; Homenagem Póstuma – Questões de Ordem – Discursos das deputadas Leninha, Ana Paula Siqueira e Lohanna e do deputado Cristiano Silveira – Questão de Ordem – Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos; prejudicialidade do requerimento do deputado Ulysses Gomes – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – João Vítor Xavier – Adriano Alvarenga – Alê Portela – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Gil Pereira – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Luizinho – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo

Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Duarte Bechir) – Às 10h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Elismar Prado, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço, presidente. É só para agradecer a presença dos servidores da segurança pública, que aqui se encontram. Daqui a pouco, nós começaremos o processo de votação. Eu gostaria muito que vocês se mantivessem firmes aí, na galeria. Se precisarem ficar por 5 horas, 10 horas, 15 horas, mantenham-se firmes. Hoje será um dia histórico aqui para o parlamento mineiro, ok? Muito obrigado, presidente. Agradeço V. Exa.

Registro de Presença

O presidente – A Casa se sente agradecida com a presença de todos os senhores e senhoras, daqueles que vieram se manifestarem quanto aos projetos. A presidência gostaria de registrar a presença, nas galerias, de alunos do 1º ano do Ensino Médio da Câmara Municipal de Santana do Deserto. Estão aí, parabéns. São alunos do Parlamento Jovem. Obrigado a todos pela visita. Sejam todos bem-vindos.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 1 hora para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vêm à Mesa requerimentos dos deputados Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues em que solicitam, cada um por sua vez, a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 822/2023 seja apreciado em primeiro lugar. A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber o requerimento do deputado Sargento Rodrigues por ser idêntico ao requerimento do deputado Ulysses Gomes.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, por gentileza, o meu áudio aqui está meio baixo. Sr. Presidente, é apenas para dar uma ilustrada na fala enquanto eu uso a palavra. Sr. Presidente, primeiro eu queria agradecer a V. Exa. e dizer da importância do dia de hoje. Quero cumprimentar todos os profissionais da educação, que também se encontram aqui. Parabéns! Peço ao pessoal da segurança pública uma salva de palmas. Muito bom!

Esta Casa, presidente, passou por um período longo de pandemia, sem o calor humano das galerias. E é muito importante nós termos de volta os cidadãos que hoje ocupam as galerias. Além de esta reunião estar sendo transmitida pelo telão, daqui a pouco serão colocadas cadeiras lá fora, para o pessoal da segurança pública poder se sentar no saguão, que fica aqui atrás, e poder acompanhar a reunião. Lá fora devem ter, mais ou menos, 300, 400 pessoas, e ainda temos o pessoal da saúde que aqui se encontra. Então é um dia muito importante, presidente.

Esse cartaz que nós colocamos aqui, presidente, nada mais é que a reprodução da fala do governador Romeu Zema. E a gente gostaria muito que os deputados pudessem vir a Plenário porque tanto eu quanto o líder da oposição, deputado Ulysses Gomes, apresentamos um requerimento para se inverter a pauta. E eu explico, de forma muito especial, aos servidores que estão aqui presentes, porque o PL nº 767, que é o chamado PAF, que é um dos projetos que integram o pacote de crueldade do Regime de Recuperação Fiscal, está na pauta. Ele é um dos projetos, ainda não é o PL nº 1.202, que autoriza a adesão ao regime. Ele está em primeiro lugar, e, tanto no meu requerimento quanto no do deputado Ulysses Gomes, pedimos que o PL nº 822, o projeto de lei que trata da recomposição parcial de 12,84% para os profissionais de educação, possa ser apreciado em 1º turno ou em primeiro lugar. Obviamente, sendo aprovado o requerimento, a gente vota o parecer principal do PL nº 822 e, em seguida, virá a apresentação da emenda.

Então, presidente, só para que V. Exa. tome conhecimento, a emenda, que está subscrita por 40 parlamentares, não foi protocolada ainda. Nós estamos aguardando o time regimental, que é a discussão. Então ela pode ser apresentada até a discussão. No momento em que eu discutir, vou pedir à assessoria da Mesa que protocole a emenda. Faremos a leitura do nome de cada colega deputada e deputado que nos ajudaram a chegar até aqui, dos deputados que nos permitiram, inclusive, um acordo de líderes. Inclusive, está aqui o líder do bloco, deputado Cássio Soares, que também subscreveu o acordo de líderes para que essa emenda pudesse ser apreciada, em 2º turno.

Então o apelo que nós fazemos, presidente... Nós estamos aqui, presidente, com as galerias completamente lotadas. Nós temos aqui pessoas, e eu encontrei colegas que saíram de Montes Claros, de Uberaba, de tantas partes do Estado para estar aqui hoje. Portanto é muito importante, presidente, que a gente tenha essa pauta invertida. É muito importante que a gente possa apreciar o PL nº 822 primeiro, até porque o outro projeto terá vários embates ainda, muitos deputados estão inscritos para discutir, muitos deputados encaminharão a matéria, e cada deputado, regimentalmente, pode discutir por até 1 hora. Sendo assim, é muito importante que a gente aprove o requerimento do deputado Ulysses Gomes para se inverter a ordem da pauta, de modo que o PL nº 822 possa ser apreciado em primeiro lugar.

Presidente, eu estou aqui aguardando o momento adequado para protocolar a emenda, para nominar cada deputado que teve a melhor acolhida, que entendeu o nosso trabalho. Quero dizer que esse singelo cartaz, que aqui se encontra e que nós colocamos em todas as mesas, é para o nosso pessoal se lembrar que essa fala não é minha, mas, sim, do governador Romeu Zema. Então é muito importante que todos os deputados e todas as deputadas saibam o que o governador Romeu Zema disse durante campanha, no ano passado, em visita à Associação dos Oficiais da Polícia Militar, no Bairro Prado. É um vídeo, um áudio, de apenas 45 segundos, e nós vamos repeti-lo aqui exaustivamente. Eu peço ajuda ao operador de som porque, como o áudio não ficou muito alto, que ele aumente o volume para que vocês possam ouvir o compromisso do governador. Esse trecho aqui faz parte desse áudio. Então, vamos colocá-lo. Bom, as palavras são do próprio governador, não é, gente? Todo ano tem inflação. Por que ficar três, quatro, seis anos? Então esse pequeno cartaz ilustra o trecho da fala do governador, e ele assume o compromisso.

E, aí, eu digo ao colega, hoje líder do governo e futuro secretário de governo, que não adianta o governador, durante a campanha, dizer que vai fazer a recomposição, e pedir ao deputado, líder de governo, que oriente os deputados da base a derrotar a emenda. Uma coisa não combina com a outra. Lembrando que essa é a segunda vez que o governador faz compromisso com a segurança. E eu tenho a certeza, tenho a convicção, tenho um sentimento de que os deputados que estão com esses cartazes aqui... O cartaz é apenas para lembrar que quem falou isso foi o governador.

Então eu tenho convicção de que os deputados estarão sensibilizados para dizer que realmente... Ele precisa dizer “sim”. Por que ele vai dizer “sim” para a emenda? Porque a emenda é autorizativa. Ela vai ser levada até o governador, e ele vai falar assim: “Agora a bola está comigo”. E com um detalhe – eu queria muito que o líder do governo estivesse ouvindo isso aqui, porque o Cássio, líder do bloco, está aqui –, o governador, ao ter essa emenda aprovada pela Assembleia e encaminhada para sanção, ainda vai ter a chancela de todo o bloco de oposição, dizendo: “Governador, nós entendemos que é justa a recomposição também dos servidores da segurança pública”. Então não resta – deputado Bruno Engler, V. Exa. a assinou desde o início conosco – outra alternativa para o governador a não ser sancionar, porque o governador falou assim: “Até a oposição ao meu governo assinou a emenda e votou”. Então como ele vai fugir?

Por isso, encerro a minha fala, presidente, dizendo que nós temos que votar “sim” ao requerimento para inverter a pauta.

O presidente – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Bom dia, presidente; bom dia a todos os servidores públicos que ocupam legitimamente as galerias desta Assembleia, aos profissionais da educação que estão ali fazendo a justa luta pelo reajuste do piso, aos servidores da saúde também que estão aqui conosco; bom dia aos trabalhadores da Uemg, da Unimontes e da Fundação João Pinheiro, que também estão mobilizados; bom dia aos trabalhadores da segurança pública, que também lotam as galerias.

Nessa minha primeira intervenção do dia, eu quero compartilhar com vocês a perspectiva do que será o dia de hoje na Assembleia. Durante esta semana, nós tínhamos dois projetos que, no nosso ponto de vista, eram prioritários. Um projeto nós conseguimos votar em 2º turno ontem, o Projeto de Lei nº 810, que tratava de reparar, de devolver aos aposentados da ex-MinasCaixa um direito que o governo Zema retirou de forma muito cruel, que é o direito de continuar recebendo a aposentadoria complementar. Nós conseguimos vencer essa etapa; ele foi votado, em 2º turno, ontem, por volta de 9 horas, 9h30min da noite. E o segundo projeto, que é muito estratégico, é esse projeto da recomposição de parte do reajuste da educação, que tem outras emendas exatamente para trazer a reparação para outras categorias – é o Projeto de Lei nº 822.

Durante todas essas discussões, qual foi o nosso pedido ao bloco, aos colegas que representam a base do governo? Que nós votássemos esses projetos prioritariamente, compreendendo a sua importância, compreendendo a mobilização. Ontem as famílias dos aposentados e aposentadas da ex-MinasCaixa passaram o dia aqui – foram quase oito horas aguardando. Eu estou falando de pessoas idosas, de pessoas com problemas de saúde que ficaram aqui, nas galerias, o dia inteiro, sendo que nós poderíamos ter votado o projeto que os contemplava rapidamente.

Da mesma forma, existe ampla mobilização em torno do Projeto de Lei nº 822, e a nossa defesa era que este projeto fosse pautado e votado agora. Mas, parece-nos, não é o que vai acontecer. Por isso eu estou compartilhando essa questão com vocês, porque, quando as pessoas têm as informações, elas conseguem fazer a sua própria avaliação do processo. Nós pedimos – aliás, desde ontem nós estamos solicitando à base do governo – essa inversão de pauta, porque é isso que está em discussão neste momento, de modo a votarmos o Projeto nº 822 e as suas emendas, e que depois dedicássemos o tempo ao Projeto de Lei nº 767. Porque é legítimo nós, que somos oposição, não concordarmos com a dinâmica do governo Zema de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. Esse Projeto nº 767, que não é o da adesão, vai significar um passo importante para o governo do Estado nesse processo. Então é muito legítimo que nós, que obstruímos por anos, na legislatura passada, a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, façamos novamente

essa obstrução. E o que está acontecendo é que a liderança do governo quer atrelar uma votação à outra. A gente pediu a inversão para que o projeto de lei do reajuste fosse primeiro, e a liderança do governo quer atrelar um ao outro. Ela votará, desde que a gente também deixe ser votado o Projeto de Lei nº 767, que é exatamente o projeto a que somos contrários.

Eu lamento, porque o governo está vinculando uma pauta boa e positiva como se fosse uma pauta da oposição. Muito nos fortalece dizer que o debate de reajuste de servidor é uma pauta da educação e não uma pauta da Casa toda. Eu acho que existe um erro tático do governo nesse processo, porque, quando ele não aceita votar primeiro o Projeto de Lei nº 822, ele está dizendo isto: qual é a prioridade do governo? A prioridade do governo é o Projeto nº 767, que é esse que nós vamos começar a discutir daqui a pouco, porque o governo tem pressa, tem prazo. A pauta do servidor é uma pauta que não é prioritária do governo. Ao ter esse comportamento de não querer a inversão, ele está dizendo isto: que a pauta do servidor é uma pauta da oposição. E eu agradeço a ele esse erro tático de suas lideranças ao dizerem que o PL nº 822 é uma pauta nossa e não é uma pauta de governo.

Eu queria explicar a vocês, neste primeiro momento, as nossas tentativas. Nós estamos tentando, desde ontem, fazer com que o Projeto de Lei nº 822 fosse o primeiro a ser votado, de modo que resolvêssemos uma agenda importante para o funcionalismo, em respeito às pessoas também que se mobilizaram, e depois travaríamos aqui as batalhas, os debates em Plenário, o que é próprio do Legislativo. Querer nos impor, nos fazer arrefecer ou abrir mão do nosso direito de nos opor a uma agenda estratégica de recuperação fiscal do governo, atrelando uma pauta positiva, que deveria ser de todo mundo – e o governo está então colocando dessa forma, que é uma pauta do bloco de oposição – é um erro. Acho que é um erro, é um equívoco, é tentar tirar o nosso direito parlamentar de obstrução ao projeto de lei do governo.

É por isso, então, que hoje, ao que tudo indica, será um longo dia, porque as lideranças do governo não aceitam votar primeiro o Projeto de Lei nº 822; querem primeiro votar o que é mais importante para o governo, que é esse Projeto de Lei nº 767.

Esse projeto de lei do governo é temerário. Por isso nós estamos lutando contra a sua aprovação. Ao longo do dia, nós vamos tratar do seu conteúdo aqui. O governo deveria primeiro cuidar de uma pauta positiva, que deveria ser uma pauta de todo mundo. O governo, ao fazer esse movimento impedindo essa inversão de pauta, que é o que a gente está discutindo agora, demonstra quais são as suas prioridades.

Então eu queria explicar para vocês essa primeira fala. Primeiro a gente vai precisar ter em mente que este será um longo dia, porque o governo não quer votar agora o Projeto de Lei nº 822. Ele só quer votar o Projeto de Lei nº 822 depois de votar o Projeto de Lei nº 767. Nós não aceitamos essa vinculação, porque o Projeto de Lei nº 767 precisa ser debatido exaustivamente no Plenário. Querer nos impor que não façamos o debate no Plenário, isso nós também não podemos aceitar. Então é isso, esse é o primeiro momento.

Eu vou usar o restante do tempo para compartilhar um pouco da dinâmica. A gente está na fase de requerimentos. Então muitos colegas nossos vão falar em defesa dessa inversão da pauta, para que o Projeto de Lei nº 822 seja votado primeiro. E aí, depois que todo mundo falar, a gente vai votar essa inversão de pauta, que é o que a gente defende. Vamos ver se vai ser aprovada no Plenário, mas o governo já se manifestou que é contra essa inversão de pauta. Então já estou adiantando para vocês como está a dinâmica do dia.

Depois, se não conseguirmos a inversão da pauta, será discutido primeiro o Projeto nº 767. E aí será um processo longo de discussão, se o governo não aceitar votar o Projeto nº 822 primeiro. Só depois de se esgotarem todas as discussões e for feita a votação do Projeto de Lei nº 767, é que nós entraremos no Projeto de Lei nº 822, no seu conteúdo, e depois nas emendas também, que serão destacadas e votadas em bloco. Então isso é para vocês compreenderem qual será a dinâmica do dia e para que vocês saibam que nós, do Bloco Democracia e Luta, estamos desde ontem solicitando ao governo que aceite essa inversão de pauta.

Eu citei o exemplo dos aposentados da ex-MinasCaixa porque nós também tentamos isso e só conseguimos votar no final do dia. Na segunda-feira, o pessoal passou o dia inteiro aqui, e só foi votado muito tarde. Ontem, no 2º turno, da mesma forma: as

peessoas passaram o dia aqui. A gente conseguiu votar no final do dia. Nós também tentamos a inversão para que o Projeto de Lei nº 810 pudesse ser votado primeiro, e o governo não aceitou. Então essa é a dinâmica do dia, gente. Não vão nos vencer pelo cansaço. Você sabem que a nossa disposição nas lutas é enorme. Vocês estão dizendo que vocês também não vão embora, então vamos aos trabalhos do dia. São as minhas considerações, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Presidente, bom dia. Bom dia, deputados e deputadas. Bom dia àqueles que nos acompanham pelos canais de comunicação, aos servidores da Assembleia Legislativa, mas, de uma forma muito especial, bom dia aos servidores e servidoras do Estado de Minas Gerais. É um dia histórico porque houve um momento aqui, na legislatura passada, em que essa galeria esteve dividida, porque tentaram dividir os servidores. Mas hoje a gente olha para essa galeria, e nós só vemos uma coisa: é o servidor público do Estado de Minas Gerais, seja ele da segurança, da saúde, da educação, do meio ambiente, da agricultura.

Presidente, acho que, como é a Casa do povo, e o povo é soberano, a voz da galeria já deu o recado: inversão, inversão. Quando a gente pede inversão, nós precisamos fazer aqui, nesta manhã, deputados e deputadas, um exercício de empatia, uma palavra que está muito na moda, mas gostaríamos que ela não ficasse apenas na teoria, que a praticássemos. Eu estava ali, agora, e conversei com vários servidores. Eu perguntava de onde eles vieram. “Vim de Montes Claros.” “Vim do Triângulo Mineiro.” “Vim da Zona da Mata.” “Vim do Sul de Minas.” Há pessoas aqui que viajaram a noite inteira. O pedido é exatamente para que a gente possa votar o PL que faz um pouco de justiça social ao estabelecer o pagamento do piso proporcional aos professores mineiros. É um pouco porque nós lutaremos nesta Casa e continuaremos batendo na tecla de que é necessário que o piso integral seja pago aos profissionais da educação mineira.

Por outro lado, existe também um anseio para que votemos uma emenda que será destacada, acordada com o Colégio de Líderes, que também promove outra justiça: a recomposição das perdas inflacionárias dos servidores da segurança pública, que são mais que merecedores de que façamos isso logo pela manhã. A deputada Beatriz Cerqueira, professora como é, explicou muito didaticamente o que vai acontecer, porque, meus amigos servidores e servidoras, nós temos um projeto de alta complexidade para ser votado. É um projeto referente a uma lei de 1997, que gera em nós uma série de inquietações, perguntas, indagações, até porque foi muito bem explicado também por outros deputados. É um projeto que, no seu art. 6º, estabelece como condição para aprovação do Regime de Recuperação Fiscal... Eu estou fazendo, no nosso bloco, uma pergunta muito simples ao governo do Estado, que ele poderia nos responder no dia de hoje até para nos dar tranquilidade para votarmos o tal do PAF.

No caixa hoje do Estado nós temos R\$34.000.000.000,00, mas a pergunta que eu deixo aqui – até porque os servidores teriam que ter essa resposta daquele que se diz o governo mais transparente do País: quanto nós temos na conta da Caixa Econômica? Quanto nós temos na conta do Banco do Brasil do Estado? Quanto nós temos na conta do Itaú? Porque o Estado possui três contas bancárias, e hoje, queridos e queridas, servidores e servidoras, se perguntarem ao Professor Cleiton ou a qualquer outro deputado aqui, nós não sabemos responder a isso. E é uma resposta importante que nós poderíamos ter, inclusive já foi alvo até de judicialização por parte do líder do nosso bloco. E o que o governo dá como desculpa é que ele não pode revelar essas contas por uma questão de segurança. Será que alguém vai lá na conta do Itaú, deputada Maria Clara, fazer um pix para um servidor aqui? Porque é inseguro revelar quanto o Estado tem? Exatamente. Outras questões também que nos inquietam na votação do PAF.

Eu estou aqui pedindo isso, peço em nome de todos os servidores, mas também em nome de uma servidora em especial, que me permitiu aqui falar do contracheque dela. Não vou nem aqui... Porque exaustivamente nós já debatemos, professores e professoras, o que vivem algumas categorias dentro da educação que ganham menos de um salário mínimo. Porém, nós temos profissionais também em outras autarquias que não sabem o que é R\$0,01 de aumento desde 2006. Aí chega aqui um contracheque de uma servidora ligada ao técnico do socioeducativo que gasta R\$1.060,00 de aluguel, R\$167,00 de água e de energia, R\$680,00 de

cesta básica, R\$360,00 de transporte e tem uma despesa mensal como mãe de família de R\$2.207,00, ganhando R\$2.287,00. Sobram R\$200,00 para essa servidora. Então, presidente, estou usando o exemplo dessa servidora – eu estive com ela agora e lhe pedi que eu apresentasse o seu contracheque, ela me enviou a autorização – para, em nome dela, nós fazermos a inversão da pauta. É só isso que nós estamos pedindo: inverter a pauta. Mas que essa inversão da pauta não seja uma condicionante para que nós paremos de obstruir o PAF, deputado Betão, porque isso nós não faremos enquanto nós não obtivermos algumas respostas que, para nós, são importantes.

O deputado Sargento Rodrigues ontem apresentou uma emenda importante – se ele não apresentasse eu apresentaria. Para vocês entenderem, servidores e servidoras, nós vamos discutir exaustivamente o PAF aqui, eu estou preparado para discuti-lo tecnicamente, mas o Estado de São Paulo, quando se deparou com o PAF e viu o artigo 6º... Os deputados da Assembleia de São Paulo viram lá, no art. 6º: “Opa, condição de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. Então vamos tirar esse artigo”. Nós não tivemos tempo nem de discutir essa emenda nem de analisar por que São Paulo fez isso. Por quê? Porque o governo do Estado, que tinha um ano para enviar esse projeto para cá, enviou no dia 18 de maio, passou de forma não célere pelas comissões e chegou aqui com a faca em nosso pescoço para a gente aprovar algo que vai impactar drasticamente a vida dos servidores públicos.

Eu sempre digo que a gente não pode esquecer quem nós somos e de onde a gente veio. Eu estou deputado, mas eu sou professor. Eu sou professor. E como professor eu tive a honra de ser servidor público no âmbito federal, estadual e municipal. Portanto, toda pauta que envolver o servidor público, seja civil, seja militar, terá o apoio, o apreço, a garantia de que eu lutarei pelas causas que eu considero que são justas. Há um pedido apenas aqui, nesse requerimento, deputado Betão: inversão de pauta. Porque aí, deputada Macaé...

Para encerrar, porque aí, uma vez votado aqui e aprovado o PL da educação e as emendas que contemplam as outras categorias dos servidores – porque eu tenho certeza de que nós sairemos daqui vitoriosos nesta manhã –, nós vamos poder liberar o pessoal para voltar para suas cidades, para suas famílias. Então a palavra é uma só: inversão.

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Eduardo Azevedo.

O deputado Eduardo Azevedo – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os servidores que estão aqui na Casa hoje nos honrando com a visita de vocês.

Quero já reiterar aqui o meu voto favorável aos servidores da educação e aos servidores da segurança pública, que sempre vão ter o nosso apoio. Acho que o Estado tem sim... Especialmente eu quero falar aqui hoje para a turma da segurança pública. Saibam que, na luta e nos desafios que vocês têm, podem contar sempre com o nosso apoio, viu?

Gente, eu subi aqui porque não gosto que injustiças sejam proferidas, eu não gosto que falsas narrativas sejam proferidas a vocês. O que está acontecendo aqui é o seguinte – só para contextualizar vocês: ontem nós ficamos aqui até 9h30min da noite, e eu ficaria até mais tempo se fosse necessário para poder votar a favor de vocês. O que foi feito aqui ontem foi simplesmente uma falta de respeito com os servidores aposentados da MinasCaixa. E o que está sendo feito aqui hoje também é uma falta de respeito com vocês, mas vocês precisam entender que falta de respeito é essa.

O Plenário da Assembleia Legislativa é soberano. Todo deputado aqui já tem o seu voto definido, seja para votar a favor, seja para votar contra. E o que está ocorrendo aqui, hoje, é que existe um projeto, o PAF, que está na ordem do dia para ser votado. Então, se nós já temos o voto definido, o que impede que esse projeto seja votado agora? Quem é a favor, vota a favor; quem é contra, vota contra. Só que eles estão fazendo um jogo de narrativa para vocês querendo obstruir o projeto. Por quê? Porque, se obstruírem o projeto do PAF, o de vocês também não será votado. Então o que eu quero dizer aqui é o seguinte: não há necessidade de inversão de pauta; é votar os projetos na sequência correta. Isso é falta de respeito com vocês.

Agora prestem bem atenção: nós estamos falando aqui justamente de recomposição salarial. Como vocês querem recomposição salarial sem que o governo tenha o valor para pagar a vocês? Olhem só para vocês verem o que está acontecendo,

deixem-me explicar para vocês: se o PAF não for votado hoje, o Estado perderá R\$15.000.000.000,00. Isso compromete... Gente, estamos falando aqui que é preciso recompor estradas, pagar ao servidor público, mas nós não podemos também perder o recurso. Eu voto com vocês, o meu voto é favorável para vocês. Ponha o projeto para votar aqui agora, coloque o PAF para ser votado agora. Todo mundo aqui já sabe: isso é uma falta de respeito com vocês, é querer que vocês fiquem aqui o dia todo. Coloque o PAF para ser votado. Quem é a favor, vota a favor; quem é contra, vota contra. Vocês estão entendendo que estão faltando com um respeito muito grande com o servidor? Isso é uma falsa narrativa, gente.

Deixem-me só dizer para vocês uma coisa: todos nós sabemos que dinheiro não dá em árvore. Nós precisamos de dinheiro para pagar o salário de vocês – nós sabemos muito bem disso. Eu vou votar com vocês – eu voto com vocês. O que eu quero que vocês entendam é o seguinte: não é o governo que está obstruindo a pauta – não é o governo; é a oposição que está obstruindo a pauta. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Vocês precisam entender o que está acontecendo aqui dentro. Ontem os funcionários da MinasCaixa saíram da Assembleia às 9h30min da noite justamente por causa desse impasse. Eu vou votar com vocês, eu estou trazendo aqui o que é real. Se todo mundo já sabe o voto, coloque aqui para votar, ponha o projeto para ser votado. É isso o que a gente precisa fazer.

Agora eu queria só que vocês entendessem o seguinte: todo mundo chega aqui para falar que o Estado precisa de recapear rodovias – precisa mesmo; que o Estado precisa fazer a recomposição de vocês – precisa mesmo, tem que fazer; que falta remédio nas farmacinhas – falta mesmo. Só que hoje nós podemos deixar o Estado perder R\$15.000.000.000,00, o que vai impactar a vida do mineiro. Isso se chama ter consciência, gente. A oposição cegou. A pauta do PAF de que nós estamos falando aqui não é uma pauta de direita, não é uma pauta de esquerda, não é uma pauta de base, de oposição; é uma pauta de Estado. Nós não podemos deixar o Estado perder R\$15.000.000.000,00, porque isso vai impactar a vida de vocês. Vamos votar o projeto, coloque o projeto para ser votado. Tem que ter peito e falar a verdade, gente. Tem que ter peito e falar a verdade.

Agora, deixem-me falar uma coisa para vocês, olhem para vocês verem... Deixem-me concluir. Vocês têm direito de criticar, têm direito de vaiar, têm todo direito. Deixem-me só fazer aqui a conclusão, beleza? Olha só, gente, o que eu estou falando aqui é questão de consciência: basta colocar o PAF para ser votado, que nós vamos votar o reajuste de vocês, vamos votar tudo a favor de vocês. Só que o que estão fazendo aqui é uma mentira. Estão deixando o governo perder R\$15.000.000.000,00, o que vai impactar a vida do mineiro. Isso é oposição cega – é oposição cega. Sabe o pior de tudo, porque a gente tem que falar a verdade, doa a quem doer? É um dinheiro que vai ser passado para um governo corrupto para financiar remédio e obra para país de fora, para mandar remédio para Cuba, para financiar obra na Argentina, dinheiro que vai para governo corrupto e que Minas Gerais vai perder. Isso é consciência, gente. Pare e pense. Eu não estou falando que nós não vamos votar o reajuste de vocês; nós vamos votar. Nós não podemos perder os R\$15.000.000.000,00, tranquilo?

Então deixe de ser essa oposição cega, porque o Estado precisa do recurso.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Macaé Evaristo.

A deputada Macaé Evaristo – Bom dia, senhoras e senhores; bom dia, presidente.

Bom, nós estamos aqui hoje – não é, gente? –, primeiro, pedindo para se inverter a pauta desta reunião. Apesar de as pessoas virem aqui falar que todas essas questões não estão coladas umas nas outras, que não tem problema nenhum, dizendo “eu vou votar com vocês, mas nós queremos votar o PAF”, como se isso não tivesse nenhum impacto para os servidores, é preciso a gente falar dessa questão aqui. Se é importante fazer a inversão, porque a gente precisa, sim, aprovar os reajustes para os servidores, também é muito importante que a gente rejeite o PAF. Primeiro porque querem votar aqui, a toque de caixa, um programa de reestruturação, de ajuste fiscal que é um pré-requisito, sim, para que o Estado de Minas Gerais faça a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, apesar de virem aqui dizer que não tem nada a ver, que não tem problema nenhum, que é muito simples. “Deixe a gente votar, a gente vai votar rapidinho”. Mas é preciso todo mundo aqui entender o que se quer votar rapidinho aqui, sem o devido

debate para o entendimento da população de Minas Gerais; entender o que significa aprovar o PAF, que parece uma coisa sem maiores problemas, que não vai fazer mal a ninguém. Mas é bem importante a gente entender que a primeira coisa de que o Regime de Recuperação Fiscal trata é suspender qualquer aumento ou vantagens aos servidores públicos.

Então é assim: “Votamos esse reajuste hoje, votamos rapidinho. Estamos com vocês, mas primeiro nós queremos votar um instrumento que proíbe o reajuste aos servidores para os próximos anos.” Então a gente tem que prestar muita atenção ao que as pessoas tentam fazer nesse malabarismo e nessa cortina de fumaça. Mas não é só vedação de reajuste não, gente. A adesão ao Regime de Recuperação Fiscal também suspende a realização de concursos públicos. E atenção, gente: para todas as áreas, para civis e para militares. Então aqui a gente tem representação dos servidores públicos de muitas áreas. Hoje de manhã, vindo para cá, eu me encontrei com o pessoal do Ipsemg que estava em caminhada. Aqui há servidores da segurança, servidores da educação, servidores da saúde, do meio ambiente, de várias áreas do governo. Nós não teremos concurso público se o nosso estado fizer adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. Eu quero chamar atenção aqui para a educação, porque também tramita aqui um projeto que quer excluir cargos. Então, se precisar de alguma área ampliar o número de cargos para concurso público, não tem jeito, fica vedado pela adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

Uma outra questão que é importante a gente saber é que, também quando se faz adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, o Estado não pode alterar alíquotas, ou seja, ele não pode diminuir, reduzir a arrecadação de impostos e tributos para o Estado. Vejam bem que, antes de votar o PAF, foi aprovada aqui também, a toque de caixa, a redução de IPVA. Vocês estão lembrados? Vocês localizam aí o que eu estou falando? Porque os interesses dos amigos do governador, esses têm prioridade, esses podem ser rápidos aqui nesta Casa. Agora, o reajuste dos servidores, que é quem presta serviço à população de Minas Gerais, esse pode ficar para depois. “Vamos votar o PAF primeiro.” Assim, reajusta-se este ano, e depois, gente, reajuste nunca mais, adeus, bau-bau!

Há uma outra questão que a gente precisa entender aqui. Ontem a gente estava aqui vivendo uma situação muito triste a que foram submetidos os aposentados e pensionistas da MinasCaixa. O que aconteceu com a MinasCaixa e com os seus servidores, gente? Quando o banco foi vendido, os servidores foram absorvidos pelo Estado de Minas Gerais, mas a sua previdência ficou dividida, parte de responsabilidade do Tesouro, parte de uma previdência complementar, que era da Previminas. Sabe qual foi a surpresa dos servidores este ano? Sem aviso, sem nenhuma conversa, as pessoas descobriram que estavam sem salário da parte que era da previdência complementar, porque simplesmente o dinheiro virou pó, sumiu. Este estado aqui é triste, não é, gente? Esse negócio de pó neste Estado não é de hoje. Então o dinheiro da previdência dos servidores da MinasCaixa virou pó, e essas pessoas, pessoas de 95 anos, pessoas com mais de 100 anos, pessoas acamadas, pessoas que muitas vezes estão sendo cuidadas por sobrinhos, ficaram, gente, sem o dinheiro básico que sustenta medicamentos, alimentação, às vezes pagamento de um aluguel, pagamento de uma cuidadora, mas isso não é prioridade, eles ficaram sem esse pagamento. Todo mundo ali, os responsáveis, os gestores, que já sabiam do problema há muito tempo, de braços cruzados, viola no saco, caladinhos. Foi preciso muita mobilização aqui dessas famílias, de deputados que têm compromisso com os trabalhadores, com as trabalhadoras, para que a gente pudesse reverter essa situação.

Aderir ao Regime de Recuperação Fiscal também, gente, abre a porta para a criação de previdência complementar. Então prestem bem atenção. Nós acabamos, deputada Lohanna, de desarmar uma arapuca de previdência complementar em que foram jogados os servidores da MinasCaixa. A gente vive escutando por aí que o mercado é maravilhoso, que tudo que é gestado pelo mercado é bacana, funciona, não tem problema, não é, gente? A questão é que as previdências complementares, quando as pessoas delas mais precisam, deixam as pessoas na mão. Jogam os trabalhadores na rua. Então, o serviço público, o Estado tem de ter compromisso com os servidores. Por isso não é hora de a gente, aqui, ter medo; não é hora de a gente falar que precisa descansar o corpo. Nós temos aqui muita disposição, muita disposição para a luta, por quê? Porque a gente precisa, sim, votar o reajuste de todos os servidores.

Está pedindo agora, de manhã... É o expediente legítimo. Se esta Casa quiser votar agora o reajuste é só chamar, acatar o nosso requerimento e colocar em votação. Está resolvido o problema do reajuste. Mas não usem os servidores, não usem o reajuste dos servidores para nos chantagear, para nos chantagear e dizer: “Para passar o reajuste dos servidores, deste ano, nós teremos que condená-los a ficarem por muitos outros anos sem reajuste nenhum”. A aprovação do PAF, a aprovação do Regime de Recuperação Fiscal, além de tudo, é problema mais grave, é atacar a soberania do nosso estado e deixá-lo... Certo, gente? A gente, ao fazer adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, esta Assembleia, deputada Lohanna, não disporá sobre mais nada, sabe por quê? Há um conselho gestor em nível nacional e um conselho gestor em nível estadual. A Assembleia tem assento no conselho, deputado? Vocês acham que a nossa Assembleia terá assento nesse conselho gestor? Não, a Assembleia de Minas Gerais, deputado Cássio, nunca mais vai poder enfiar o dedinho nessa prosa, porque quem faz a gestão é o conselho gestor, e têm três secretários nesse conselho gestor. E a Assembleia está de fora. Então, além de tudo, é um absurdo, é um ataque à autonomia do Estado. É isso, gente: inversão!

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Eu concordo com a fala de vocês, que dá para ouvir tão bem aqui, do Plenário. Inversão imediata desta pauta! A manutenção da pauta, da forma como está sendo feita, já foi um desrespeito ontem com os idosos da MinasCaixa e hoje é um desrespeito com vocês. E, se tem uma coisa que nós fizemos, até as 10 horas da noite de ontem, foi tentar, de todas as formas, negociar para que essa pauta fosse invertida na manhã de hoje. Para a Localiza, pode! Para a Localiza, eles invertem a pauta, mas o servidor eles chantageiam.

Gente, eu queria falar um pouco sobre o papel do Bloco Democracia e Luta, que é o nosso bloco de oposição aqui, na Casa, e o papel que ele teve no envio do projeto de lei de reajuste dos servidores da educação, que agora recebe emendas para o reajuste justo, necessário, ético e moral dos trabalhadores da segurança, da saúde e de tantos outros que servem ao Estado de Minas Gerais. Eu tenho certeza, deputada Beatriz Cerqueira, de que, se não fosse a presença cotidiana do Sind-UTE na porta da Assembleia Legislativa – a gente chega e está lá a tenda com café, com as placas, audiências públicas de pressão –, o governo não teria enviado o projeto de pagamento de reajuste dos servidores da educação. Essa luta, inclusive, não é recente. Foi a luta mais importante que a Assembleia Legislativa teve no ano passado, quando uma multidão cercou este espaço lutando pelo pagamento do piso da educação. É a certeza de que também a obstrução nas comissões e, muitas vezes, em Plenário é o que garante que não apenas os projetos dos amigos do rei, dos amigos do governador – que é o projeto da Localiza, do IPVA – sejam enviados para a Casa, mas que outras coisas que são dever do Estado, como o reajuste dos servidores, sejam enviadas também.

Eu também queria dizer, ou melhor, repetir as palavras de Macaé Evaristo, segundo a qual foi graças também à oposição e às inúmeras denúncias feitas nas audiências públicas que o projeto de lei que devolve a aposentadoria aos idosos e às idosas da MinasCaixa foi enviado para a Casa. Ou alguém acha que, se não houvesse luta, se não houvesse denúncia, se não houvesse pressão, o governador iria se preocupar com os aposentados que estavam há meses sem receber a aposentadoria? Não ia se preocupar. Então o papel da oposição aqui é muito justo.

Eu fui embora da Assembleia Legislativa, ontem, às 10h30min da noite e, nessa hora, eu estava na porta da Assembleia e passou o grupo das idosas da MinasCaixa que estão aqui há meses peregrinando pelos gabinetes, nas audiências públicas e nas comissões. Guerreiras, um exemplo de mulheres com 70, 80, às vezes 90 anos de idade na luta para garantir seus direitos, na luta para denunciar um assalto do governo em suas aposentadorias, um governo que estava expondo vários deles a uma situação de vulnerabilidade e até de morte. Elas me encontraram ali, na porta da Assembleia, felizes porque a luta trouxe conquistas concretas. Elas nos abraçaram e falaram assim: “Obrigada, a luta valeu a pena”. Este era o sentimento aqui: de que, embora elas tenham tido... Não por opção nossa, porque nós fizemos o pedido de inversão da pauta, mas, por opção da base do governo, a pauta não foi invertida, e elas sabiam que, mesmo assim, quem estava lutando ao lado delas tinha garantido essa vitória.

Eu queria me referir aqui à fala do deputado Eduardo Azevedo, que falou ontem tentando inverter as coisas, não é? Jogar fake news, inverter as coisas, dizendo que a oposição estava atrapalhando o reajuste dos servidores! Gente, como eu disse, vocês sabem que nós estamos nessa luta todos os dias. Eduardo Azevedo, o senhor é da base do governo, o senhor vota tudo com o governo, o senhor não dá um piu aqui, neste microfone, quando é para votar IPVA para Salim Mattar e para a Localiza. Eduardo Azevedo, o senhor diz que é a favor do reajuste salarial de todas as categorias e não sei o quê, some-se à luta, então! Porque vocês, servidores... Vocês, servidores, sabem das péssimas condições de trabalho dentro das escolas, dentro das delegacias, nas ruas, são submetidos a plantões que são muito mais sacrificantes do que estar aqui na luta para garantir o reajuste justo. É verdade ou não?

Então eu queria pedir a vocês a máxima – pedir nada, não é, gente? –, eu queria parabenizar vocês pela máxima luta e resistência que não começa hoje. Agora, nesses próximos dias, a gente espera que sejam dias de vitória, que sejam compensadas as tendas do Sind-UTE fincadas na porta da Assembleia durante todas essas semanas, a presença cotidiana dos servidores da segurança pública, a presença cotidiana dos servidores da saúde e dos demais servidores do Estado. Só a luta muda a vida. Só a luta muda a vida em um governo como esse. E que bom que aqui não falta disposição para a luta do nosso Bloco Democracia e Luta e de vocês. Vamos juntos.

E aí, gente... É isso, gente: inversão da pauta em respeito a quem serve a Minas Gerais, em respeito a quem presta o serviço público. Gente, vocês vão ver que, em todas as mesas – eu nem sei como isso chegou aqui, mas eu achei muito legal – está a promessa de campanha recente do governador Zema de que o reajuste anual dos trabalhadores e dos servidores públicos seria garantido sem problemas. Ana, você consegue levantar para eu ler? Vamos lá. Gente, eu estou meio míope. Aí, chegue aqui. Eu estou meio míope. Vamos lá. Obrigada, Ana. “Nós assumimos esse compromisso de que anualmente nós queremos fazer uma recomposição salarial, senão você vai represando o problema. Todo ano tem inflação, por que ficar três anos, quatro anos? Autor: Romeu Zema”. (– Mostra o cartaz.) Esse mesmo autor que, na campanha, parecia amigo do servidor público já vem chantageando os trabalhadores, os servidores públicos em notícias de jornais, dizendo que vai ter que parcelar salário, que não vai conseguir pagar as coisas. É uma política permanente de chantagem.

Agora eu fico me perguntando onde está a economia dos gastos do Estado, porque, enquanto a gente tem, por um lado, o não reajuste dos servidores, a negativa de fazer o reajuste dos servidores, a gente vê, por outro lado, o benefício à Localiza, aos amigos do rei. Se, por um lado, vemos o Estado relutando em pagar o piso da assistência social... E nós denunciemos na Assembleia Fiscaliza: o pessoal inscrito no CadÚnico no nosso estado, a população em situação de pobreza e de extrema pobreza recebe do Estado mensalmente R\$2,40 por pessoa cadastrada – R\$2,40 por pessoa cadastrada no CadÚnico. O piso da assistência é de R\$71.000.000,00 anualmente. Agora o contrato anual de *buffet* com filé, camarão escargot e não sei mais o que do governador para os seus amigos, para os seus aliados, é de R\$7.000.000,00, gente. São R\$7.000.000,00 para meia dúzia de puxa-sacos comerem uma refeição que custa mais de R\$100,00, enquanto mensalmente as famílias inscritas no CadÚnico recebem R\$2,60 para que o trabalho da assistência social funcione no nosso estado. Economia para quem o governador faz?

O governador, na sua primeira campanha eleitoral, disse que iria andar pelos gerais de carro, que não iria usar jatinho particular. Mas ele deixou as estradas tão esburacadas que agora ele está fazendo contratos milionários de jatinho para tudo quanto é lado. Inclusive vendeu as aeronaves de Minas Gerais e contratou, por um ano, uma empresa pelo mesmo valor da venda de todas as aeronaves mineiras, gente. Isso é um absurdo! Economias nas estradas.

Acabou o tempo. Depois eu falo das estradas, gente, mas, para o rancho do Zema, está todo mundo ligado que o piso vai estar fininho para chegar lá, não é? São R\$41.000.000,00 para ligar o rancho do Zema. Brincadeira! Obrigada, gente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Betão.

O deputado Betão – Bom dia; bom dia, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, trabalhadores da Assembleia, todos os servidores presentes aqui, servidores da segurança, servidores da educação, servidores da saúde, são os mais presentes aqui.

Realmente eu não consigo entender a falta de empatia do governo de Minas com os servidores. Os deputados que já se pronunciaram expuseram bem qual é a situação que nós estamos vivendo. Nós estamos pedindo uma inversão de pauta para votar, primeiro, o reajuste dos servidores. E o governo quer atrelar a discussão do PAF, que é um regime de recuperação; ele quer votar isso primeiro para depois votar o reajuste. O que está acontecendo exatamente aqui? O fato é que, se a gente votar esse regime de recuperação, esse PAF, que garante ao governo o ingresso no Regime de Recuperação Fiscal, que ele já está tentando há muito tempo, esse reajuste não vai servir para mais nada, porque nós vamos ficar com os salários congelados – eu digo nós porque eu sou servidor do Estado –, sem a possibilidade de fazer concurso público. Haverá uma série de restrições aos trabalhadores e trabalhadoras do Estado de Minas Gerais.

Então ontem nós ficamos aqui, como disseram, até 21h30min, quase 10 horas da noite e começamos de manhã para tentar votar o pagamento das pensões e das aposentadorias dos trabalhadores e trabalhadoras da MinasCaixa. E o governo, irredutível. Pessoas estão há três meses, quatro meses sem receber salário porque o dinheiro foi jogado na conta do Estado, no caixa único. O Estado não fez as aplicações necessárias, acabou o salário, e eles viraram para os servidores e falaram: “Acabou o dinheiro”. Imaginem, gente, todos vocês aposentados, chegam num determinado dia e falam: “Acabou o dinheiro da sua aposentadoria”. Nós tivemos que nos desdobrar aqui, fazer audiência pública e tal para conseguir chegar a um acordo que permitisse a esses trabalhadores voltarem a receber as suas aposentadorias, porque a proposta que o governo mandou para cá, inclusive, era de pagar abaixo do valor que eles recebiam. Pensem nisso, pessoas que estão nos assistindo pela televisão, pelas redes sociais! Imagine você numa situação dessa! O desespero que estava aqui, e eles não permitiam votar.

Então vem um deputado da base do governo falar que é uma falta de respeito o que a oposição e o bloco de oposição estão fazendo, e nós estamos querendo garantir o reajuste dos servidores, mas nós não queremos colocar os servidores numa fria ao aderir a esse Regime de Recuperação Fiscal. Falta de respeito é falar que não tem dinheiro e garantir R\$1.500.000.000,00 de isenção para as locadoras neste Estado de Minas Gerais, que tem um dos seus donos dentro do governo.

Essa é a situação com a qual estamos confrontados. Eles sabem que esse projeto é polêmico e que isso aqui pode durar a noite toda hoje e virar a madrugada, continuar no dia de amanhã e chegar até o sábado, fazendo essa discussão. Não há respeito! O projeto do PAF é extremamente polêmico, mas não tem respeito com os servidores que já estão aqui, desde cedo, e a tendência é que eles terão que continuar aqui para poder garantir o reajuste tanto da educação, por enquanto, quanto das emendas que garantem o reajuste salarial das forças de segurança de Minas Gerais.

Vou abrir um parênteses aqui, porque, desde 2019, quando foi feito um acordo de pagamento do reajuste dos policiais, em três parcelas, e o Zema só pagou uma parcela, é a primeira vez, nesses anos todos de militância sindical, como vereador e deputado estadual, que eu vejo um Executivo, presidente, vetar o próprio projeto de lei. É inédito isso. Ele manda o projeto de lei para cá, a gente aprova, e depois ele veta. Esse é o respeito que ele tem com os servidores.

Então é a situação que nós estamos vivendo. O secretário de Governo, no meio dessa discussão toda, foi exonerado, e agora estão chamando um deputado daqui, da base do governo, o líder do governo, para ser o novo secretário de Governo. A anistia do IPVA é concedida para as locadoras que já lucraram – é importante dizer isso –, porque as locadoras compram os carros, compram os seus automóveis por um preço bem abaixo do mercado e depois revendem seus carros pelo preço do mercado. Elas têm isenção de IPVA! Nós, todos, pagamos 4% do IPVA; as locadoras pagam 1% do IPVA. E agora eles querem conceder-lhes mais benefícios.

Questões de Ordem

O deputado Betão – Eu estou sentindo falta, presidente, dos deputados da base e por isso peço o encerramento de plano da reunião.

O deputado Roberto Andrade – Presidente, peço recomposição de quórum.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Roberto Andrade) – (– Faz a chamada.)

A presidenta (deputada Leninha) – Responderam à chamada 46 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

Questão de Ordem

O deputado Antonio Carlos Arantes – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir, neste momento, 1 minuto de silêncio pela memória do Dr. Alysson Paulinelli, ex-ministro, homem que, inclusive, foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz. Hoje mais de 1 bilhão de pessoas no mundo recebem alimento em função do trabalho árduo e competente do Dr. Alysson Paulinelli. Então gostaria de pedir aos nobres pares este 1 minuto de silêncio em memória dessa pessoa que fez a diferença no Brasil e no mundo.

Homenagem Póstuma

A presidenta – A presidência solicita a todos que, de pé, permaneçam em silêncio por 1 minuto em memória ao Alysson Paulinelli.

– Procede-se à homenagem póstuma.

Questões de Ordem

O deputado Bruno Engler – Sra. Presidente, eu queria só corroborar a homenagem feita pelo deputado Antonio Carlos Arantes. Eu acho que a gente consegue dividir a história do agro e a história do Brasil em antes e depois de Alysson Paulinelli. O Brasil era um país que importava alimento e, hoje, graças aos avanços que ele trouxe nessa área, a gente é um país que alimenta mais de 1 bilhão de pessoas pelo mundo. Então, um grande mineiro, um grande brasileiro! Nada mais justo do que esta Assembleia Legislativa de Minas Gerais honrar a sua memória neste triste dia, em que a gente perde um dos maiores produtores agrícolas e pensadores do agro no mundo.

O deputado Leonídio Bouças – Sra. Presidente Leninha e Srs. Deputados, eu não poderia deixar, neste final de manhã desta quinta-feira, de registrar aqui, nos anais desta Casa, a passagem do nosso querido amigo Alysson Paulinelli, ex-ministro e ex-secretário de Agricultura de Minas. Eu gostaria de lembrar, inclusive para os que estão nas galerias, eu queria contar uma história muito rápida, Leninha, nossa presidente. Quando eu era criança, juvenzinho de 6º ano, eu ouvia falar que o mundo não ia ter alimentos, porque a produção de alimentos crescia numa proporção aritmética, muito pequena, enquanto a população crescia numa proporção geométrica. Isso era na década de 1970, ou seja, a população pularia dois, quatro, oito, dezesseis, e a produção de alimentos, um, dois, três, quatro. Portanto iria faltar alimento no mundo. Olhe o que aconteceu? O Brasil virou esse celeiro, esse grande produtor de alimentos, um país que é o maior produtor de soja, um dos maiores produtores de milho, de sorgo, de produtos alimentícios...

A presidenta – Por favor, pessoal das galerias, vamos esperar o deputado concluir. Com a palavra, o deputado Leonídio Bouças.

O deputado Leonídio Bouças – Nós temos muito tempo. Vou aguardar, presidente. Vamos aguardar. Temos tempo. Temos a tarde, a noite, portanto muito tempo.

A presidenta – Gostaríamos de lembrar ao pessoal das galerias que é um momento de memória a uma pessoa do Estado que faleceu. Então, gostaria que, por favor, colaborassem só para que o deputado possa concluir, senão não vamos sair daqui hoje. É melhor para vocês que colaborem pelo menos neste momento e depois voltamos com as manifestações.

O deputado Leonídio Bouças – Vou, inclusive, presidente, repetir o que eu disse. Quando eu era criança...

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Quero pedir ajuda ao pessoal das galerias. Estamos aqui, num momento democrático, mas sabemos da importância de avançarmos nas pautas e, para isso, precisamos respeitar a fala de todos os parlamentares desta Casa. Por isso, devolvo a palavra ao deputado Leonídio Bouças e peço a atenção das galerias para que possamos, de forma ágil, voltar à votação nesta Casa.

O deputado Leonídio Bouças – Sr. Presidente, estávamos aqui enaltecendo a figura do grande estadista Alysson Paolinelli, pessoa a quem Minas Gerais, o Brasil e o mundo devem muito. Esse homem acreditou que poderíamos transformar o Brasil nessa grande potência do agro, esse homem acreditou na força da produção de alimentos do cerrado brasileiro e iniciou um programa chamado Polocentro, fez com que as pessoas fizessem a calagem, usassem o calcário para fazer com que essas terras do cerrado, consideradas improdutivas, se tornassem amplas áreas de produção de alimento. Deputado Eduardo, você é muito jovem, mas há muitos anos acreditava-se que a população do mundo seria uma superpopulação e a produção de alimentos não seria suficiente para toda a alimentação humana. O que aconteceu? O Brasil se tornou esse grande exportador de grãos, e isso devemos a esse trabalho formidável do nosso amigo Alysson Paolinelli. Por isso, Sr. Presidente, que fique registrado aqui, nos anais desta Casa, este como o dia da nossa despedida, mas também da nossa homenagem a Alysson Paolinelli, esse grande construtor da produção de alimentos no Brasil e no mundo. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Leonídio. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Bom dia aos deputados e às deputadas desta Casa. Bom dia, presidente. Bom dia aos que nos acompanham pela TV Assembleia.

Bom, nesta manhã, como há muito tempo a gente vem fazendo nesta Casa, vimos aqui para cumprir um papel importante. Primeiro, para defender direitos, direitos conquistados com muita luta, como foi o caso do pessoal da MinasCaixa. É impressionante como o governo, com tamanha perversidade, queria retirar os direitos conquistados desses servidores.

Hoje estamos aqui com o pessoal da segurança, com o pessoal da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Penal, do Corpo de Bombeiros, enfim, e estamos pedindo a inversão da pauta porque a gente não quer que se repita o que ocorreu nos dias anteriores, ou seja, as pessoas ficarem o dia inteiro aqui aguardando a votação da nossa parte. Por isso, presidente, estou aqui com um posicionamento muito claro para defender o requerimento de inversão da pauta, entendendo que é fundamental que possamos fazer esse gesto com aqueles e aquelas que tão bravamente defendem o serviço público. Aliás, este estado só funciona com servidores públicos. Este estado não funciona com prédio, com computador, com carro, com máquina. O Estado funciona com as pessoas, e elas, minha gente, merecem todo cuidado, atenção e, acima de tudo, respeito. Estamos no momento de debater. É agora ou nunca. Imaginem que, daqui a pouco, vai começar a apreciação do Regime de Recuperação Fiscal, que prevê, além da não realização de concursos públicos, o congelamento dos salários, a não permissão para recompor perdas salariais. Não estamos falando de reajuste. Estamos falando da recomposição das perdas acumuladas ao longo desses anos. É por isto que estamos aqui: para dizer ao governo e aos deputados que é muito importante que a gente faça uma votação invertendo a pauta, para a gente garantir a proteção, para a gente garantir o encaminhamento da votação do projeto que prevê a recomposição das perdas.

Eu penso que, no momento que nós estamos vivendo, é fundamental que a gente recupere dentro da política aquilo que a gente sempre construiu, que é o diálogo, que é a construção, que é a não ruptura. Há ruptura, sim, quando há necessidade e, nesse caso, nós estamos, há mais de duas semanas. Aliás, desde que esse governo se reelegeu que nós estamos travando lutas importantes aqui, nesta Casa.

Foi muito difícil dizer para a sociedade que o governador aumentou o seu salário em 330%, que os secretários de Estado também receberam reajuste de salário. Isso não é perda inflacionária, é reajuste de salário. É claro que nós fomos derrotados, mas nós mantivemos a nossa posição firme de defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras deste Estado de Minas Gerais. E é claro que nós estamos aqui irmanados com o pessoal da segurança, da educação e da saúde, para lutar pelo piso do pessoal da

enfermagem. É muito importante que a gente possa fazer esse trabalho aqui, na Casa, para garantir esses direitos conquistados com tantas lutas, com tanta mobilização e movimentação.

O governador dizia que assumiu compromisso com a segurança também. Nós acompanhamos, na legislatura passada, o compromisso assumido do parcelamento do pagamento do pessoal da segurança, e a gente viu o governo pagar somente uma parcela desse compromisso feito. Nós queremos um governo que não precise prometer nada, não precise fazer nenhum compromisso, mas, se fez, tem que cumprir. Ninguém é obrigado a anunciar aquilo que não tem, aquilo que não é possível, mas, se anuncia, é fundamental que se cumpra. Nós estamos aqui, nesta Casa, esta semana toda, e queremos continuar fazendo debate, não só para fazer obstrução por si só mas também porque nós temos motivos de sobra. As nossas preocupações, aquilo que nos traz aqui, com certeza, compartilhamos com milhões de servidores e servidoras da segurança, da saúde, da educação, enfim com todos os setores do governo.

E o recado para o governador: governador, não é possível, não é possível que a gente não recomponha pelo menos as perdas. A gente sabe como o País tem vivido e, graças ao novo governo, nós esperamos que os juros baixem a partir de agosto. Nós esperamos que o Banco Central compreenda que nós estamos numa outra lógica de economia. Não é a economia do mercado, mas a economia das pessoas, para as pessoas colocarem comida na mesa; para as pessoas poderem pagar as suas contas em dia; para as pessoas poderem ter não só comida mas também cultura, lazer, diversão e arte; que as pessoas possam ficar despreocupadas em pagar as escolas dos seus filhos, em manter a casa. Enfim, nós estamos falando de um momento importante de cuidado com as pessoas. Por isso nós queremos dizer para o governo Zema que, enquanto também apoiadores do governo atual, nós estamos aqui para construir essas pontes de diálogo, mas nós não queremos ter derrotas. Nós não queremos um regime que venda o nosso patrimônio, nós não queremos um regime que entregue para o capital financeiro, para a especulação financeira, tudo o que foi construído, ao longo do tempo, dos mineiros e mineiras. Por isso nós podemos separar os projetos, podemos separar o PAF do reajuste dos servidores. Podemos encaminhar dessa forma, pensando que a gente vai achar o melhor caminho para outras construções que nós precisamos fazer aqui, nesta Casa. Por isso, minha gente, o apelo que a gente faz é que, mesmo todos nós estando aqui, há dias, indo até a noite, a luta vale a pena. A luta vale a pena, inclusive quando a alma não é pequena. E a nossa alma é gigante, é grande, para fazer a defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras da segurança, da saúde e da educação.

Portanto, nós que estamos aqui, desde segunda-feira, nesse trabalho intenso, queremos encerrar a manhã com boas notícias para anunciar para a sociedade: queremos anunciar amanhã que esse governo recompôs as perdas inflacionárias no salário dos servidores da segurança; queremos anunciar amanhã que esse governo, com a nossa luta, também garantiu direitos da educação e da saúde, porque é esse o nosso papel. É esta nossa missão: não só fiscalizar o uso do dinheiro público, mas acima de tudo defender o interesse da classe trabalhadora deste estado. Nós não vamos nos furtar ao debate, nós não vamos nos ausentar desta Casa, para que a gente possa de fato fazer um bom acordo; se não houver acordo, a gente vai seguir aqui fazendo um bom debate, para que a gente tenha sensibilidade, por parte do governo, para entender que a nossa pauta é justa, para entender que nós estamos aqui lutando por um povo que corre risco de vida ao realizar a sua atividade, pelas pessoas que ajudam este estado a ser o que ele é. Se nós queremos o Estado forte, se queremos ter Estado eficiente, como anuncia o governo, nós precisamos também ter uma relação forte e eficiente com os servidores do Estado, nada mais do que justo. Vocês saem de casa de manhã e não sabem se vão voltar para casa, uma categoria cuja vida é ameaçada, sofre risco. Nós acompanhamos bem a dura tarefa, a árdua missão que vocês cumprem na sociedade, que é a de garantir segurança, que é a de garantir, acima de tudo, o bem-estar e a ordem deste estado. Por isso nós, mais uma vez, estamos aqui, nesta manhã, para dizer que seguiremos firmes ao lado das reivindicações que aqui chegaram, ao lado de todos vocês que aqui estão. O nosso apelo é que de fato haja inversão da pauta e que a gente possa não só liberar a galeria mas também nos liberar nesse debate agora, pela manhã.

São essas as minhas palavras. O meu abraço fraterno e solidário à categoria, que se deslocou de várias partes deste estado, muitas pessoas viajaram, muitas pessoas estão aqui desde de manhã. A gente quer votar, e a gente quer estar junto. Muito obrigada! Um bom dia.

O presidente (deputado Mário Henrique Caixa) – Muito obrigado, deputada Leninha. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Bom dia, presidenta; bom dia, colegas deputadas, colegas deputados; bom dia a toda a população de Minas Gerais que nos acompanha através dos diversos canais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, à equipe técnica da Casa; em especial, a todos os servidores e servidoras que estão presentes aqui conosco, nesta manhã, fazendo a importante defesa da garantia de direitos do nosso estado. Por vocês, nós estamos aqui pedindo aos colegas deputados e às colegas deputadas a inversão da pauta, e isso é necessário, gente. É necessário porque vamos permanecer aqui em discussão aprofundada sobre os projetos que estão na pauta. Mas, hoje, a causa de vocês é a nossa prioridade. Por isso nós pedimos a inversão da pauta, para que vocês possam voltar às suas casas, aos seus destinos, às diversas cidades que estão aqui representadas, com a recomposição salarial, com o reajuste, com o aumento tão justo para a categoria de vocês.

E eu quero aqui dizer, presidenta, que estamos defendendo, sim, a inversão. Como membro inclusive do Bloco Democracia e Luta, faremos essa discussão de forma aprofundada, para que possamos garantir a vitória das categorias do nosso estado. Da categoria da educação, da segurança pública, da saúde e de todas que fazem o Estado funcionar, porque não existe Estado eficiente sem servidor público, como falsamente, por muitas vezes, o governador do Estado, Romeu Zema, diz por aí. O governador Zema escolheu os servidores públicos do Estado de Minas Gerais como inimigos, e é por isso que ele não quer, não garante e não autoriza a sua base a fazer a inversão da pauta, porque quer, mais uma vez, sacrificar o servidor público.

Eu acabei de me encontrar, deputada Leninha, com a Vanessa, que é escritã da Polícia Civil, sendo direcionada ao serviço médico aqui, na Assembleia. Sabe por que, deputada Andréia? Porque ela está passando mal, porque está insegura de saber que há possibilidade de não ser garantido a ela, assim como a todos os servidores, o reajuste do seu salário. Essa recomposição salarial, gente, é algo que vem mexendo com o emocional dos servidores. E não é por menos que nós estamos cotidianamente recebendo inclusive registros de servidores que estão, infelizmente, atentando contra a sua própria vida. Esses são registros diários e cotidianos aqui. E nós queremos não só garantir o direito de vocês, como garantir a vida dos servidores e da nossa população.

Quero registrar aqui o meu apoio à categoria dos servidores da segurança, de todas as esferas aqui representadas. Quero dizer que, por várias vezes, já estive, inclusive nesta tribuna, defendendo que vocês sejam tratados com o respeito e com a dignidade que merecem. O governador é o primeiro. Desde a primeira reforma administrativa, apresentada em 2019, desde a reforma da previdência, ele vem atacando os direitos dos servidores. E nós estamos aqui para poder defender. Não se faz política pública sem contar com os servidores e com as servidoras de todas as áreas do nosso estado.

O governador que tem orgulho de dizer por aí, nas redes sociais, nas entrevistas, nas matérias, de que se orgulha muito de ter a melhor polícia do Brasil, é o mesmo que faz esse discurso. Só fala, porque, na prática, ele provoca muitos prejuízos, porque vocês são desvalorizados neste governo. E nós estamos aqui fazendo, gente, a discussão... (– Intervenção fora do microfone.) É só propaganda, é o que ele mais sabe fazer. Eu já estou até para ver se, naquela xícara, há café mesmo, porque ele toma bastante. Mas não adianta só falar, porque palavra enche o coração, mas não enche o prato. E nós precisamos é de valorização, reconhecimento e respeito a vocês e às categorias da educação, da saúde e da assistência social, de todos os servidores do nosso estado.

E nós vamos permanecer fazendo, sim, a obstrução, no Plenário, do projeto do PAF, porque é falsa, mais uma vez, a informação de que um projeto não tem nada a ver com o outro. Só que, ao aprovarmos ou ao autorizarmos o PAF aqui, no Estado, nós estaremos também autorizando e acelerando o projeto de recuperação fiscal do Estado, que vai prejudicar não só os servidores, que já são penalizados demais nesta gestão. Nós vamos prejudicar o Estado de Minas Gerais, toda a nossa população, porque o que vem por

aí, minha gente, com o Regime de Recuperação Fiscal, é congelamento de salário, é congelamento de concurso público, é diminuição das políticas públicas, é falta de atendimento para a nossa população, é ainda mais desculpa para não recuperar as estradas, as MGs, que é de responsabilidade do Estado, sim. Então, o que vem por aí com o Regime de Recuperação Fiscal é algo perverso e que é a cara do governador Zema. Que não respeita a população que precisa da mão do Estado. O que vem por aí, com o Regime de Recuperação Fiscal, é a entrega das nossas empresas públicas. É a entrega da Copasa, que deveria estar garantindo saneamento básico e água para a nossa população. É uma das empresas que mais rende para o nosso estado, porém não reinveste o seu lucro no atendimento e na garantia do serviço para a nossa população.

Então, ao discutirmos o PAF aqui, ao exigirmos do Estado que apresente, de verdade, as contas, o fazemos para nos certificar desse suposto prejuízo apresentado pelo PAF, de que os colegas da base ainda estão mal-informados. Eles estão vindo aqui dizer, estão subindo à tribuna para dizer que se trata de R\$15.000.000,00 de prejuízo, mas são R\$5.000.000,00. Esse é o prejuízo do Estado. E R\$5.000.000,00 não significam muito para um estado que precisa garantir muito para a sua população, porque é o mesmo estado que abre mão de R\$1.500.000.000,00 para atender as locadoras, para atender os empresários, que são inclusive financiadores de campanha. É o mesmo governo que aumenta em 300% o salário do governador e de toda a sua equipe.

Então nós não estamos falando de algo absurdo. Nós vamos discutir com profundidade o PAF, sim, porque os impactos que ele trará para o Estado de Minas Gerais, por sete anos, é um absurdo. É ao que nós assistimos no Brasil e a que somos contra. Nós queremos um estado que atenda a nossa população, e atenda com respeito.

Eu queria destacar aqui que uma das nossas tarefas como deputados estaduais é fiscalizar o governo. E nós estamos aqui num movimento legítimo, regimental, de obstrução, para também trazer informações para a nossa população, que precisa também entender bem as falácias deste estado. E eu não vou deixar um grupo ser, mais uma vez, invisibilizado. Durante a semana passada e esta semana, muitos deputados e deputadas entraram aqui, pela Assembleia; muitos de vocês passaram ali por um grupo de pessoas que aguarda ser chamado, porque são excedentes de concurso público. E eu queria aqui manifestar o meu apoio à manifestação presente na porta da Assembleia.

E quero dizer que já encaminhei um ofício, um requerimento. É o Requerimento nº 2.550/2023, que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, em Belo Horizonte, e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, pedido de providências para que sejam convocados os candidatos excedentes do concurso público para técnico assistente da Polícia Civil, área do conhecimento e do apoio administrativo, Edital nº 2/2022, em razão do grande déficit de servidores na área, bem como pela importância desses profissionais para o fortalecimento da Polícia Civil e a manutenção da segurança pública do Estado de Minas Gerais.

É responsabilidade de cada uma de nós e de cada um de nós, deputados estaduais, zelar pelo nosso estado. Não cabe subir a esta tribuna para reforçar o discurso falacioso do governador Zema, que mente e que não tem vergonha de apresentar falsamente que as contas do Estado estão em dia, que o Estado paga servidor público, se ele agora vem chantagear, vem chantagear dizendo que, se o PAF não passar, a primeira providência vai ser suspender o pagamento dos servidores. Isso é chantagem. E por nós isso aqui não passará. Convocação imediata de todos os excedentes já da Polícia Penal. Isso é importante e decisivo para a garantia do sistema de segurança pública do Estado de Minas Gerais. É isso, gente.

Então, subo aqui neste momento para pedir, presidenta e colegas deputados, a inversão da pauta, colocando em primeiro plano de votação e de discussão o Projeto de Lei nº 822/2023, para que vocês possam seguir na caminhada com vitória. Nós vamos permanecer aqui para discutir com profundidade o PAF. Subi agora, mas já vou me inscrever para a próxima oportunidade, porque quero garantir que o Estado de Minas Gerais não absorva mais uma vez falsas realidades ou um mundo de fantasia pintado pelo governador Zema. Vamos juntos!

A presidenta (deputada Leninha) – Obrigada, deputada Ana Paula Siqueira. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Lohhana.

A deputada Lohanna – Bom dia, presidenta; bom dia, todos os servidores que estão aqui hoje na luta, na conquista por direitos que a gente não deveria brigar para ter. Pessoal, eu me inscrevi para falar neste momento do requerimento de inversão de pauta pelo motivo mais simples do mundo. Hoje chegou a subir um deputado aqui e falou que a gente fez covardia ontem com os aposentados da MinasCaixa, porque eles ficaram aqui esperando. Eu entendo que realmente eles não deveriam ter ficado esperando, mas nós também pedimos a inversão de pauta ontem. E a gente está pedindo a inversão de pauta hoje por entender que decidir logo a questão do reajuste dos servidores da educação e as emendas que contemplam as outras categorias é uma prioridade. Mas quem não está deixando, gente, é o governo; quem não está deixando a gente inverter a pauta é o governo. Se os deputados governistas, inclusive o senhor que falou aqui, chegassem ao líder e falassem assim: “Queremos inverter a pauta”... Tendo voto, tem voto. É uma questão matemática. Então não é a oposição que está segurando vocês aqui. A oposição é a autora de um requerimento de inversão de pauta. Está escrito ali na tela. O deputado Ulysses Gomes é o líder do nosso bloco, fez esse requerimento, representando todos nós. Quem está fazendo covardia e segurando vocês aqui hoje é a base governista. A base governista está enfiando o pé no almoço de vocês. E no rumo que as coisas estão, preparem-se, porque vai ser assim até na janta. Então, gente, se alguém tem contato com qualquer deputado que é da base do governo, é claro que com gentileza e com respeito, eu peço que diga a eles para votarem favoravelmente ao nosso requerimento de inversão de pauta e que eles falem com o líder do bloco, para que a gente consiga não penalizar vocês com uma discussão que é muito importante.

Vamos entrar um pouquinho nessa discussão que é tão importante. Primeiro, gente, eu queria dizer que o governador Romeu Zema cometeu estelionato eleitoral. Ele cometeu estelionato eleitoral, meu líder Ulysses, porque no plano de governo que protocolou quando se candidatou à reeleição está escrito o compromisso com o reajuste anual dos trabalhadores. Ele escreveu isso no plano de governo dele; está lá o reajuste inflacionário aos servidores todo ano. E desde 2010 é obrigatório protocolar o plano de governo justamente no cartório – os membros do Executivo, prefeito, governador e presidente –, justamente porque o candidato eleito é cobrado sobre o que diz para a população que vai fazer. Não são palavras ao vento que o cara vai lá e registra no cartório. Não é sobre isso, é sobre um compromisso público feito com a população, é sobre um compromisso público feito com aqueles que colocaram a gente onde a gente está. Então o governador Romeu Zema coloca isso no seu plano de governo e não cumpre. Está escrito no plano de governo, na pág. 18: “Equilíbrio das contas, ponto 6, letra 'e' – salário em dia. Continuar pagando o salário dos servidores em dia é obrigação. Agora, vamos garantir o poder de compra do servidor público com reajuste anual de recomposição de perdas inflacionárias”. Está lá, no plano de governo dele. (– Intervenção fora do microfone.) O trabalhador é só o dele, não é? Então, gente, é um estelionato eleitoral que está sendo feito aqui. Eu gostaria de saber se os deputados da base, especialmente os deputados da segurança pública, estão confortáveis com isso. Parece que estão, porque nós, da oposição, nunca estivemos confortáveis. A gente sempre brigou, a gente sempre falou, a gente tem fama até de chato. Mas os deputados da base estão concordando? Eles estão aqui por causa da segurança pública. Então, gente, vamos entender isso com muita seriedade e dar a César o que é de César, entendendo a responsabilidade de cada um nesse processo.

Eu também trouxe aqui, gente, para que a gente pudesse conversar um pouco, a importância desta frase aqui: “Nós assumimos esse compromisso de que anualmente queremos fazer uma recomposição salarial, senão, você vai represando o problema. Todo ano tem inflação. Por que ficar três anos, quatro anos...”. Eu queria parabenizar o deputado Sargento Rodrigues. Acredito que foi ele que imprimiu essas placas e fez essa mobilização. De fato, gente, eu não sei como os deputados da base vão sustentar de pé essa argumentação para que a gente consiga aprovar as coisas que são de interesse do governo aqui, considerando o quanto o governo tem mentido; e mentido incessantemente. Eu sempre brinco dizendo que o governador Zema mente tanto que nem sente as mentiras dele. Mas deve ser muito mais difícil para quem tem a obrigação de defender esse governo fazer isso aqui, na Assembleia de Minas. Os trabalhadores mineiros merecem e precisam de mais que isso.

E aí, a gente chega na questão do PAF, que é uma questão séria e que merece a nossa atenção. Parece que é uma questão burocrática, menor, apenas uma burocracia fiscal do governo, mas não é. Nós estamos falando de uma etapa sine qua non para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, algo essencial. E aí eu pergunto aos deputados da base também, porque essa conversa é com os deputados da base. Os deputados da oposição já estão fechados. A dúvida é sobre a posição dos deputados da base. Nas regiões de vocês, existe o tanto de polícia que deveria existir? Existe o tanto que deveria de professor nomeado nas Uemgs e na Unimontes na região de vocês? Existe o tanto que deveria de enfermeiro nomeado, de médico nomeado? Não existe, não existe. A Polícia Penal, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o serviço público ainda precisa de muito efetivo.

A convocação dos excedentes é uma bandeira urgente para que a gente possa cumprir essa prestação do serviço público. E aí, se a gente aprovar o PAF hoje, gente, dando mais um passo em direção ao Regime de Recuperação Fiscal, nós estaremos dizendo para o povo dessas regiões que eles não serão atendidos nessas demandas, que não vai aumentar o efetivo da Polícia Civil, que não vai aumentar o efetivo de Polícia Penal, que não vai aumentar o efetivo da Polícia Militar, que não vai aumentar o número de professores, que não vai aumentar o número de enfermeiros, de médicos, de farmacêuticos, de assistentes sociais. É isso que a gente está dizendo. E aí, em 2023, vai todo mundo viajar e fazer promessa, dizendo que, com o seu trabalho, a vida vai melhorar. A vida não vai melhorar, se a gente aprovar o Regime de Recuperação Fiscal.

E o pior é que, como deputados e deputadas, a nossa principal função é fiscalizar o governo. Eu sempre falo isso, é uma cantilena repetida minha, mas é importante repetir: a principal função do deputado é fiscalizar. Legislar importa, a gente pode fazer grandes inovações legislativas, isso é muito legal; representar importa, mas fiscalizar é o mais importante que um deputado pode fazer. E hoje temos deputados dispostos a votar uma coisa aqui sem nem saber se são R\$5.000.000.000,00 ou R\$15.000.000.000,00. Qual vai ser o impacto no caixa do Estado? Será de R\$5.000.000.000,00? Será R\$15.000.000.000,00? Ninguém sabe; ninguém sabe! No ano passado, o Bloco Democracia e Luta, que eu não integrava ainda, chegou a pedir as contas do Estado no Ministério Público. Gente, a Assembleia não sabe hoje quanto o Estado tem em caixa, quanto tem na conta do Itaú, quanto tem na conta da Caixa, quanto tem no Banco do Brasil, quanto já está empenhado, quanto é carimbado, o que vem de Fundeb, o que é livre para investimentos discricionários. A gente não sabe, a não ser que algum deputado da base tenha uma informação privilegiada, e eu não duvido de nada, pois esse governo é muito simpático para os amigos. Mas, no geral, a gente não sabe. Como a gente vai votar uma questão tão importante, tão sensível do ponto de vista fiscal sem ter essa informação? E pode ser, gente, que tendo a informação, a gente até vote. (– Intervenção fora do microfone.) Já denunciamos. Pode ser que, tendo essa informação, a gente até vote. Pode ser que a gente até fosse convencida da seriedade e da urgência de votar, mas nós não temos, nós não sabemos.

Então o governo hoje quer tratorar o povo de Minas através de seus representantes legitimamente eleitos, que são os deputados, porque esta Casa não se chama Poder e Voz do Cidadão à toa. Nós é que somos os representantes legítimos do povo mineiro, nós é que estamos nas bases toda semana, nós é que vemos o que está acontecendo com esse povo que precisa de educação, que precisa de segurança pública, que precisa de saúde. Então hoje, gente, não é dia de ser cordeirinho de governador – não é dia de ser cordeirinho de governador –, hoje é dia de votar com responsabilidade fiscal, hoje é dia de votar com segurança, hoje é dia de votar com carinho e atenção aos nossos servidores públicos. Muito obrigada, presidente.

O presidente (deputado Betão) – Obrigada, deputada Lohanna. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente Betão, como eu vinha dizendo, queria cumprimentá-lo e dizer que a nossa Zona da Mata, Juiz de Fora, preside esta sessão neste momento, momento importante, deputado Betão, em que nós estamos discutindo aqui o requerimento que propõe a inversão da pauta para que a gente possa discutir, em primeiro plano, o reajuste da educação, combinado com a emenda, de que tive a honra também de ser signatário, da segurança pública, sem prejuízo – é importante que seja dito isso – da nossa luta na valorização do conjunto dos demais servidores, que, para nós, é muito importante.

Eu sempre venho dizendo aqui, e quem acompanha o nosso mandato confirma, sabe disso, que não existe serviço público, e serviço público de qualidade, sem servidor valorizado, não existe. Gente, se o objetivo e o propósito da existência de um governo é a promoção, a realização, o cumprimento da lei, no que diz respeito à garantia do serviço público como direito do cidadão, não é possível que esse governo se realize e cumpra isso sem que haja a presença do servidor público. O problema é que, vira e mexe, vocês sabem disso, nós temos que enfrentar governos que são contrários ao servidor, que não gostam do servidor público. O governo federal passado tinha lá o ministro da Fazenda que descia o cacete nos servidores, achava que o problema do Estado, quando se falava de orçamento público, era o servidor público. Na lógica deles era isso. Essa turma que fala do Estado mínimo – sabe, companheiro? “Ah, o Estado mínimo!” – em que tudo tem que ser privatizado, o mercado, as empresas têm que dar conta de resolver as coisas, é a mesma que é generosa com os seus amigos milionários, bilionários. O orçamento, na lógica deles, não é o orçamento para a prestação do serviço público, que, repito, não tem condição nenhuma de ser realizada sem a presença do servidor. O orçamento, na lógica deles, pode dar benefício fiscal aos amigos milionários. Os caras já estão ricos, mas ricos demais, não sabem nem o que fazer com o dinheiro! Talvez o problema das próximas gerações, a segunda, a terceira ou a quinta, já esteja resolvido. Aí o orçamento, na lógica deles, serve a isso, a esse propósito.

E a nossa luta? Sim, como se não bastasse, como se não bastasse, com tanta estrada com problema neste estado, esburacada. Eu fiz um Assembleia Fiscaliza... Foi levantada uma questão importante. Eu fiz um Assembleia Fiscaliza e presidi a sessão que tratou com o DER e a Seinfra. Eu listei para eles pelo menos 35 pontos de trechos de estradas com problemas e fiz a seguinte pergunta: “Olha, tudo bem, alguém vai dizer que esses R\$41.000.000,00 desse trecho que liga a região de Araxá até São Paulo é um trecho necessário de ser feito, mas será que essa obra é prioritária a outras obras?”

Mas será que essa obra é prioritária na frente de outras obras? Eu vou dar um exemplo para vocês. Durante a reunião, estava presente o prefeito de Serranópolis de Minas, lá no Norte de Minas, e, na mesma hora, eu falei assim: “Prefeito, aproveita que o secretário da Seinfra está aqui e o diretor do DER também e, se o senhor tiver uma demanda, já faz uma cobrança”. Aí, na mesma hora, ele me mandou um WhatsApp. Eu tinha feito essa pergunta: “Secretário, será que essa obra do governador é prioritária para o conjunto da sociedade mineira?”. Queira sim, queira não, é evidente que vai valorizar o imóvel da propriedade da família. Não vai? Opa. (– Intervenção fora do microfone.) Os 300%. Aí o prefeito mandou para mim a seguinte mensagem: “Cobrar o recapeamento da Rodovia MG-122, que liga a BR-251 até Espinosa, que está em péssimas condições” – olhem aí, gente – “e em que, todas as semanas, morrem várias pessoas devido às condições precárias da rodovia. Inclusive, ontem, houve outro acidente com vítimas fatais e outras pessoas hospitalizadas”. O.K., vamos chegar à conclusão de que essa obra, ainda que vá beneficiar a família do governador, a sua propriedade, a sua fazenda, e valorizá-la, tem também o interesse do conjunto da sociedade. Mas será que essa obra é mais importante do que uma que foi citada pelo prefeito e que foi citada pelos deputados da base? Um deputado da base citou essa mesma rodovia, esse mesmo trecho, dizendo: “Morreu mais um, morreu mais um”. Essa rodovia não teria que ser cuidada prioritariamente antes de ele cuidar da dele, não? Aí o governador faz isto: em vez de cuidar da estrada em que o povo está morrendo toda semana, vai fazer estrada para a família; em vez de discutir a questão do servidor, dá reajuste para si próprio de 300%. A última vez que discutimos o reajuste aqui, ele falou que não tinha como dar mais que dez e pouquinho por cento para o conjunto dos servidores, que era só recomposição. Por que deu recomposição para si próprio? Ela não ia passar de 150%. Governe com exemplo: “Olhe, servidor, não tenho como dar mais que isso para vocês, mas também não darei para mim próprio”. Não, para ele e para o secretariado... O que é isso? Ôpa, beleza, beleza.

E aí, adiante, no momento, fica discutindo com a gente aqui: “Tem que aderir ao PAF, tem que aderir ao Regime de Recuperação Fiscal”. Vocês sabem que Regime de Recuperação Fiscal é para congelar por nove anos, é para não ter concurso, é congelamento de carreira. Vocês sabem. E o que nós estamos obstruindo aqui, que é o tal do PAF, é o caminho para o Regime de Recuperação Fiscal. Então, nós não estamos em um movimento aqui contra o servidor. Até mesmo quando a gente procura inversão da pauta é para dizer: vamos votar aqui a questão dos servidores e vamos obstruir a questão do PAF, porque ele é o caminho para o

Regime de Recuperação Fiscal, que vai fazer o quê lá na frente? Arrebentar o servidor. (– Intervenção fora do microfone.) Arrebentar o servidor. Pois é, nós estivemos numa reunião com o ministro Hadadd, estivemos numa reunião com o ministro Padilha. Levamos para eles quais são os impactos dessa questão do Regime de Recuperação Fiscal. Então por isso que nós estamos aqui numa missão importante, importante. É importante que os amigos aqui possam acompanhar.

Mas eu vinha dizendo dessa nossa visão a respeito do serviço público. Para nós, não existe saúde pública de qualidade sem valorização do servidor, e todo mundo aqui lembra o tanto de gente que morreu porque estava na ponta da lança, enfrentando o vírus, a covid-19. Enquanto o governador falava que o vírus tinha que viajar, e o presidente que ele apoiava dizia o que ele podia fazer, que não era covete, estávamos nós aqui defendendo os profissionais da saúde. Enquanto isso, gente estava morrendo em Minas Gerais, trabalhador de saúde estava morrendo em Minas Gerais. “Mas, não, eu não posso dar para vocês mais que 10%, mas, para mim próprio, posso dar 300%.”

Não há educação de qualidade se não houver professor valorizado dentro da sala de aula, porque a grande maioria da massa dos trabalhadores não tem escola particular. É na escola pública que os meninos estão. Se a gente não cuidar bem de quem educa os filhos dos mineiros, como nós vamos fazer uma educação de qualidade e mudar este país? Mas educação para eles não é prioridade. Inclusive o projeto Somar fala em privatização da educação. Não há segurança pública de verdade, porque aqueles que entregam a vida para salvar a vida dos mineiros, para proteger a vida dos mineiros não foram devidamente valorizados. Mas para o governador isso não é importante; para o governador o que importa são os 300% para ele e o benefício dado para os amigos.

O companheiro está me chamando à atenção para a leitura daquela faixa. Eu vou fazer a leitura: “O déficit de policiais penais causa prejuízo à segurança pública. O déficit de policial penal põe em risco a vida do próprio policial penal”. Se o preso que está lá dentro – não digo todos, mas os que são mal-intencionados, ligados ao crime organizado – suspeitar que o efetivo é menor do que o contingente, vai dar *. Desculpem-me o termo. Perdoe-me, presidente. Peço que retirem da ata essa palavra. Não era a minha intenção, mas eu não pude me conter, companheiro, não pude me conter. Eu não preciso nem falar. Olhem essa denúncia. Deputado Betão, olhe a situação em que nós estamos.

Então, gente, o nosso apelo aqui é este: que os colegas deputados nos ajudem a encaminhar, para a gente fazer aqui o debate da valorização dos servidores; nos ajudem a impedir a aprovação do tal do PAF, porque o tal do PAF é a perversidade na sua forma mais extrema, mais extrema. Aí, amigos, é que a coisa vai ficar difícil mesmo para nós, vai ficar difícil. Mas, no que diz respeito ao Bloco Democracia e Luta, saibam que nós vamos ficar aqui de tarde, vamos ficar aqui de noite, se precisar, vamos ficar aqui de madrugada, se precisar, vamos ficar o final de semana, para duas questões fundamentais: garantir a valorização dos servidores e impedir a aprovação de uma matéria que vai prejudicar todo o Estado de Minas Gerais. Obrigado, Betão.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, é só para orientar os servidores da saúde, da educação e da segurança, que estão nas galerias. Esta reunião da parte da manhã está sendo encerrada. Vamos dar uma pausa de 40 minutos e às 14 horas vamos abrir a reunião da tarde, com a mesma pauta, dando continuidade aos trabalhos. Digo isso senão o pessoal acha que acabou e que está encerrado. Não, é só para vocês terem a tranquilidade, porque lá fora, inclusive, presidente, o saguão está lotado de servidores. Estamos encerrando agora; vamos dar uma pausa de 40 minutos; às 14 horas retornam todos os deputados. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado deputado Sargento Rodrigues. A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e declara prejudicado o requerimento de inversão de pauta.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, para a extraordinária também de hoje, às 18 horas, e para a especial na mesma data, às 19 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/6/2023

Presidência do Deputado Tadeu Martins Leite, da Deputada Leninha e do Deputado Betinho Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Resolução nº 12/2023; os Projetos de Lei nºs 985, 987 e 991/2023; Requerimentos nºs 2.302, 2.559 a 2.568, 2.571 a 2.574, 2.577 e 2.578/2023 – Registro de Presença – Oradores Inscritos: Discursos do deputado Sargento Rodrigues, da deputada Bella Gonçalves e dos deputados Professor Cleiton, Ulysses Gomes e Lucas Lasmar – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Palavras do Presidente – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Ulysses Gomes; discursos da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Andréia de Jesus – Suspensão e Reabertura da Reunião – Prejudicialidade de requerimento do deputado Ulysses Gomes – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – João Vítor Xavier – Adriano Alvarenga – Alê Portela – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Gil Pereira – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vítório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Às 14h5min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado João Vítor Xavier, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Eduardo Azevedo, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Colégio Santo Agostinho, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção ao Requerimento nº 1.904/2023, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.783/2022, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 215/2023, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 255/2023, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 317/2023, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Vara de Execuções Penais da Comarca de Divinópolis, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.148/2023, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.387/2023, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.360/2023, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Prefeitura Municipal de Alvinópolis, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.527/2022, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Instituto Estadual de Florestas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.717/2023, da Comissão de Agropecuária. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.667/2023, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.633/2023, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.642/2023, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.624/2023, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.676/2023, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/2023

Altera as Resoluções nºs 3.800, de 30 de novembro de 1985, que contém a estrutura orgânica da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e 5.339, de 20 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Os incisos XI a XIII do *caput* e os §§ 2º a 4º do art. 61; e o inciso XVIII do *caput* do art. 63 da Resolução nº 3.800, de 30 de novembro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61 – (...)

XI – designar agente de contratação e constituir comissão de contratação;

XII – autorizar a abertura de procedimento licitatório e homologar seu resultado, nos termos de regulamento da Mesa;

XIII – autorizar a celebração de contratos, nos termos de regulamento da Mesa;

(...)

§ 2º – Compete ao presidente e ao 1º-secretário, nos termos de regulamento da Mesa, a assinatura de contrato.

§ 3º – O agente de contratação e os membros da comissão de contratação serão servidores efetivos da Secretaria da Assembleia Legislativa, nos termos de regulamento da Mesa.

§ 4º – A Mesa da Assembleia poderá, nos termos de regulamento, delegar ao presidente e ao 1º-secretário ou ao diretor-geral competência para:

I – determinar a abertura, a homologação, a revogação ou a anulação do processo licitatório;

II – decidir sobre recurso em processo licitatório;

III – adjudicar o objeto à licitante vencedora;

IV – determinar a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação;

V – assinar e extinguir contrato, ata de registro de preços, convênio ou instrumento congêneres;

VI – ordenar despesas.

Art. 63 – (...)

XVIII – propor à Mesa da Assembleia a realização de licitação e a homologação de seu resultado, nos termos de regulamento;”.

Art. 2º – O art. 1º da Resolução nº 5.339, de 20 de dezembro de 2010, fica acrescido do seguinte parágrafo único, passando o § 3º do art. 20 a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – (...)

Parágrafo único – Regulamento estabelecerá a estrutura de governança do estágio probatório; os procedimentos, prazos, fatores, critérios e a pontuação de avaliação especial de desempenho a que será submetido o servidor durante o período do estágio probatório; os critérios e procedimentos para a interposição de recursos relativos à avaliação especial de desempenho; e o processo de estabilização do servidor.

(...)

Art. 20 – (...)

§ 3º – Excetuam-se do disposto no § 1º os afastamentos decorrentes de:

I – férias regulamentares;

II – licença-maternidade e licença-adtante, bem como suas respectivas prorrogações;

III – licença-paternidade.”.

Art. 3º – Ficam substituídas, na Resolução nº 5.339, de 2010:

I – a expressão “Câmara de Administração de Pessoal – CAP –” por “Câmara de Recursos Administrativos de Pessoal – CRP –”; e

II – a sigla “CAP” por “CRP”.

Art. 4º – Ficam revogados os arts. 2º e 22 e os Capítulos II, III, IV e VI da Resolução nº 5.339, de 2010, sem prejuízo dos efeitos por eles produzidos.

Art. 5º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos do art. 1º a 21 de setembro de 2022.

Sala das Reuniões, 29 de junho de 2023.

Mesa da Assembleia

Justificação: A Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, estabeleceu novos responsáveis pela condução do processo licitatório, substituindo o pregoeiro e a comissão permanente de licitação pelo agente de contratação e pela comissão de contratação, tornando necessária a atualização de dispositivos da Resolução nº 3.800, de 30 de novembro de 1985, que versam sobre competências da Mesa da Assembleia Legislativa. Além dessas adequações, a proposição prevê também que regulamento da Mesa poderá estabelecer hipóteses de delegação de competências para agilizar os procedimentos de contratação de bens e serviços, tornando o processo licitatório mais célere e menos burocrático.

A alteração proposta pelo art. 2º deste projeto, por sua vez, decorre da necessidade de atualização das regras que compõem a avaliação especial de desempenho do servidor em estágio probatório, estabelecendo que regulamento da Mesa disporá sobre os critérios de avaliação, que passarão a ser aferidos pelo modelo de referenciais de desempenho relacionados às competências essenciais e setoriais.

Por fim, o art. 4º prevê a revogação de dispositivos antigos que não mais integram o contexto atual.

Esperamos, portanto, contar com o apoio dos parlamentares para a aprovação do projeto em epígrafe.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça e à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 985/2023

Declara de utilidade pública a Associação Divinopolitana de Escoteiros – ADE –, com sede no Município de Divinópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Divinopolitana de Escoteiros – ADE –, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de junho de 2023.

Lohana, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (PV).

Justificação: Desde a sua fundação em 1986 a Associação Divinopolitana de Escoteiros desenvolve atividades sociais, culturais, educacionais e filantrópicas, organiza campanhas e mutirões de ajuda para a comunidade, se propondo a apoiar a viabilização e realização de cursos de capacitação para os associados e demais escoteiros, proteger a saúde e a integridade da família, da infância, da adolescência e da velhice através de incentivos, incentivar o combate a pobreza através de campanha de arrecadação de alimentos e agasalhos, entre outras atividades sociais.

Além disso, não se pode perder de vista que especialmente a ADE e associações de escoteiros em geral, tem uma importância significativa em diversos aspectos, como por exemplo: a) Desenvolvimento de habilidades: oferecimento de ampla gama de atividades e programas que ajudam no desenvolvimento de habilidades práticas e sociais. Os jovens escoteiros têm a oportunidade de aprender habilidades como acampamento, primeiros socorros, orientação, trabalho em equipe, liderança, resolução de problemas e muitas outras que são valiosas ao longo da vida. b) Formação de caráter: O movimento escoteiro enfatiza a importância de valores como honestidade, respeito, responsabilidade, lealdade e cuidado com o próximo. Os escoteiros são incentivados a viver de acordo com esses valores e a se tornarem cidadãos responsáveis e éticos. Através de atividades e experiências compartilhadas, eles desenvolvem um senso de caráter e integridade. c) Aprendizagem ao ar livre: As associações escoteiras promovem a conexão com a natureza e incentivam os jovens a explorarem o ambiente natural. Através de acampamentos, trilhas, atividades ao ar livre e exploração da vida selvagem, os escoteiros aprendem a apreciar e a cuidar do meio ambiente. Isso também contribui para o desenvolvimento de habilidades de sobrevivência e independência. d) Desenvolvimento de liderança: O movimento escoteiro oferece oportunidades para que os jovens assumam papéis de liderança. Eles têm a chance de liderar equipes, planejar e organizar atividades, tomar decisões e resolver problemas. Essas experiências ajudam no desenvolvimento de habilidades de liderança, confiança em si mesmo e capacidade de trabalhar em equipe. e) Serviço à comunidade: As associações escoteiras enfatizam a importância do serviço à comunidade. Os escoteiros são encorajados a realizar projetos e ações que beneficiem a sociedade, como trabalhos voluntários, arrecadação de fundos para causas sociais, limpeza de áreas públicas, entre outros. Isso promove a consciência social e a responsabilidade cívica nos jovens. f) *Networking* e amizades: As associações escoteiras oferecem uma plataforma para os jovens se conectarem e fazerem amizades com pessoas de diferentes origens e culturas. Essas redes sociais podem durar por toda a vida e proporcionar oportunidades de aprendizado e colaboração em diferentes contextos.

Enfim, a ADE assim como os movimentos escoteiros em geral, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento dos jovens, ajudando-os a se tornarem cidadãos responsáveis, confiantes e comprometidos com o bem-estar da sociedade.

Por estas razões, e especialmente pelos relevantes serviços prestados à população Divinopolitana, é que solicitamos o apoio dos colegas para respectiva aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 987/2023

Declara de utilidade pública o Núcleo Apoio Institucional ao Atendimento Social, com sede no Município de Divinópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Núcleo Apoio Institucional ao Atendimento Social, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de junho de 2023.

Lohana, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (PV).

Justificação: Formalmente fundado em fevereiro de 2022, o Núcleo Apoio Institucional ao Atendimento Social, possui alta relevância no município de Divinópolis e região, desempenhando um papel crucial na sociedade ao fornecer suporte e assistência às pessoas que enfrentam dificuldades e desafios em várias áreas de suas vidas. A Associação se dedica a ajudar indivíduos e comunidades vulneráveis, promovendo a igualdade de oportunidades e o bem-estar social.

A importância do atendimento social fornecido pelo Núcleo Apoio Institucional ao Atendimento Social, em Divinópolis é multifacetada, possuindo como alguns dos aspectos chaves: a) Apoio aos necessitados: A associação desempenha um papel fundamental em fornecer apoio direto às pessoas que estão enfrentando dificuldades, como desemprego, pobreza, abuso, violência doméstica, saúde mental, falta de moradia e outros problemas sociais. Ela oferece assistência prática, aconselhamento, encaminhamento para serviços especializados e orientação emocional para ajudar os indivíduos a superar suas dificuldades; b) Promoção da igualdade social: O atendimento social também é fundamental na promoção da igualdade social. A Associação trabalha para combater a discriminação, o preconceito e a exclusão social, garantindo que todos os membros da sociedade tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades. Ela busca empoderar os indivíduos e comunidades marginalizadas, fornecendo-lhes recursos e suporte para melhorar suas condições de vida; c) Defesa de direitos: A associação também atua como defensora dos direitos humanos e sociais. Ela trabalha em prol de mudanças nas políticas públicas e poder público, visando melhorar as condições sociais e garantir a proteção dos direitos dos mais vulneráveis; d) Prevenção de problemas sociais: Além de lidar com problemas existentes, a associação também se concentra na prevenção de problemas sociais. Ela desenvolve programas de educação, treinamento e conscientização para ajudar as pessoas a evitar situações de risco, melhorar suas habilidades e capacidades, e desenvolver resiliência diante de desafios futuros.

Em resumo, a associação desempenha um papel vital na sociedade, oferecendo suporte e assistência para os necessitados, promovendo a igualdade social e trabalhando para prevenir problemas sociais. Seu trabalho é essencial para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e empática, razão pela qual contamos com o apoio para respectiva aprovação do presente Projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 991/2023

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado de Minas Gerais, o Coral Pequenos Cantores de Cássia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o Coral Pequenos Cantores de Cássia.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de junho de 2023.

Professor Cleiton (PV)

Justificação: O Coral Pequenos Cantores de Cássia foi fundado em março de 1972, na cidade de Cássia, sudoeste mineiro, pelo professor e maestro Heitor Geraldo Magella Combat.

A partir de 1994 passou a fazer parte do Centro Musical Heitor Combat com as seguintes atividades: canto coral; banda de música infantojuvenil; conjunto de flautas doces; aulas de teoria musical, solfejos, canto orfeônico e de instrumentos de corda, palheta e bocal.

A Instituição atende, hoje, a 150 crianças, adolescentes e jovens, entre 8 e 17 anos, além de assistir e participar suas famílias, em reuniões periódicas.

Tem compromisso da Missa Paroquial aos domingos, no Santuário de Santa Rita de Cássia.

Desde a sua Fundação, o Coral faz parte da Federação Nacional dos Meninos Cantores do Brasil e participou de todos os Congressos Nacionais e Regionais organizados por esta.

Dentre suas principais realizações, destacam-se: III Congresso Regional Mineiro, em julho de 1994, em Cássia-MG; execução do Messias de Handel, em Belo Horizonte, no Palácio das Artes, sob a regência de Carlos Pinto da Fonseca, em dezembro de 1992 e do Requiem de Fauré, no Teatro Francisco Nunes, também em B. H., em dezembro de 1995, sob a regência de Hélcio Rodrigues Pereira. Em março de 1999, apresentou-se com sucesso no programa “Jô Soares Onze e Meia”, nos estúdios do SBT. Em maio, deste mesmo ano, gravou seu primeiro CD com músicas da cidade e outras sacras e populares. Em agosto de 2001, participou do Circuito Cultural Banco do Brasil, na oportunidade em Belo Horizonte-MG. Em dezembro de 2003, participou com sucesso da abertura do Natal Alterosa em Varginha-MG, promovida pela Rede Alterosa de Televisão. Em dezembro de 2007 gravou seu 2º CD com Canções Natalinas, com o apoio do Ministério da Cultura. Em maio de 2010 inaugurou sua nova sede que dispõe de toda infraestrutura necessária para o desenvolvimento de suas atividades.

Em 2012, completou 40 anos de Fundação e recebeu o VII Congresso Regional Sudeste da Federação dos Meninos Cantores em Cássia-MG.

Em 2014 gravou CD com coletânea das músicas dos CDs anteriores, alusivo aos 40 anos de fundação do Coral.

Em 2017 gravou o CD “Tributo à Santa Rita de Cássia”, com canções totalmente dedicadas à Padroeira. Em julho, deste mesmo ano, participou do 1º Congresso Internacional de “Pueri Cantores” realizado no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

Em novembro de 2018, o Coral foi inventariado como Patrimônio Histórico Imaterial pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural de Cássia-MG.

Em 2021, firmou Convênio Acadêmico de Cultura e Extensão com a USP Filarmônica de Ribeirão Preto-SP.

Em 2022, cantou na Missa de Inauguração do Novo Santuário Diocesano de Santa Rita de Cássia, em Cássia-MG, maior santuário do mundo dedicado a ela.

Atualmente, o Coral está sob a regência de Humberto Patrik Pampanini França e direção de Messias Donizete Faleiros”.

Fonte: Centro Musical Heitor Combat.

Vale ressaltar ainda, a luta do Grande Maestro Heitor Geraldo Magella Combat que criou o coral que tanto orgulha a importante cidade de Cássia:

Heitor Geraldo Magella Combat, filho de João Alfredo Desidério Combat e Maria das Dores Reis Combat.

Nasceu na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro, aos 21 de julho de 1912.

São seus irmãos: Ely, Afonso, Padre João, Antônio, Miguel (único irmão ainda vivo que reside em Petrópolis-RJ) e Margarida.

Formou-se na Congregação dos Irmãos Maristas, em Mendes-RJ e Uberaba-MG, tornando-se, também irmão marista.

Formou-se em letras e fez diversos cursos de aperfeiçoamento em teoria musical, harmonia, história da música, canto coral, regência, piano e órgão, tornando-se compositor e arranjador. Além de conhecer e falar fluentemente inglês, alemão, italiano, espanhol, gregoriano e latim.

Professor de Português, História, Geografia, Francês e Música. Trabalhou em colégios Maristas de Franca-SP, Uberaba MG, Curitiba PR e Rio de Janeiro RJ.

Em 1940, deixou a Congregação Marista.

Em 1946, instalou-se em Duque de Caxias RJ.

Em 1948, foi professor no Ginásio Bom Sucesso RJ.

Foi o Fundador e Diretor do “Colégio Primavera”, em Duque de Caxias RJ, de 1953 a 1970.

Dirigiu de 1955 a 1970 a Orquestra Sinfônica Experimental de Duque de Caxias-RJ.

Especializou-se também em Música Setecentista Colonial Mineira, tendo publicado vários trabalhos sobre o assunto.

Escreveu vários contos, poemas, crônicas e novelas, sendo que o melodrama “A Última Bala” veio a se tornar roteiro de filme.

Mudou-se para a cidade de Cássia-MG no ano de 1971. Casou-se com Rejane Azevedo Borges Combat.

Em Cássia, instalou sua residência definitiva, lecionando na Escola Estadual São Gabriel por vários anos.

Em 1972, fundou o “Coral Pequenos Cantores de Cássia”, filiando-o à Federação Nacional de Meninos Cantores do Brasil. Foi Presidente da mesma de 1991 a 1993.

Desprendendo de bens materiais, dedicou sua vida à música e ao amparo de crianças, adolescentes e jovens.

Em 1994, o Coral passou a fazer parte do Centro Musical Heitor Combat, sob a sua direção, com as atividades de teoria musical, canto orfeônico, solfejos, canto coral, banda de música, conjunto de flautas doces e violinos, atendendo aproximadamente 120 crianças e adolescentes, entre 8 e 12 anos. Flutas-doce 120m crianças e adolescentes anos.

Faleceu no dia 26 de junho de 2011, aos 98 anos de idade.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.302/2023, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja realizado fórum técnico para debater a internacionalização da gastronomia mineira. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.559/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de repúdio à juíza Paula Cardoso Esteves, da Primeira Vara Criminal da Comarca de Rio Grande (RS), por ter revogado a prisão de Anderson Fernandes Lemos, que baleou covardemente a policial civil Laline durante uma operação policial, a qual fundamentou sua decisão na alegação de que o réu apenas resistiu, não havendo, na visão da magistrada, o crime de tentativa de homicídio.

Nº 2.560/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça, por meio da Corregedoria-Geral de Justiça, e ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Corregedoria-Geral de Justiça, em Porto Alegre, pedido de providências para que sejam tomadas medidas administrativas e disciplinares em face da juíza Paula Cardoso Esteves, da Primeira Vara Criminal da Comarca de Rio Grande (RS), por ter revogado a prisão de Anderson Fernandes Lemos, que baleou covardemente a policial civil Laline durante uma operação policial, a qual fundamentou sua decisão na alegação de que o réu apenas resistiu, não havendo, na visão da magistrada, o crime de tentativa de homicídio.

Nº 2.561/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Márcio Antônio Labruna pelo brilhante trabalho que realiza frente ao Hospital Nossa Senhora das Dores de Itabira como mantenedor, tendo conduzido durante a pandemia da covid-19 de forma louvável o hospital, e atualmente pelo trabalho na instalação do Centro de Alta Complexidade em Oncologia – Cacon. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.562/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – pedido de providências com vistas ao compartilhamento do imóvel situado na Praça Tiradentes, 510, Centro, Curvelo, com o 14º Departamento de Polícia Civil de Curvelo, para instalação no espaço, além do próprio departamento, de uma delegacia especializada de investigação de crimes rurais, uma vez que a região tem forte presença do agronegócio e nenhuma delegacia especializada para atender a demanda local. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.563/2023, da Comissão de Esporte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente – Depca –, pelos trabalhos desempenhados e pela belíssima campanha no Maio Laranja, que contribuiu grandemente para o combate à pedofilia, destacando-se a parceria com os três maiores clubes do Estado, que viabilizaram campanhas no âmbito esportivo para incentivar denúncias contra os abusos sexuais infantis.

Nº 2.564/2023, da Comissão de Esporte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Divisão de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente – Dopcad –, pelos trabalhos desempenhados e pela belíssima campanha no Maio Laranja, que contribuiu grandemente para o combate à pedofilia, destacando-se a parceria com os três maiores clubes do Estado, que viabilizaram campanhas no âmbito esportivo para incentivar denúncias contra os abusos sexuais infantis.

Nº 2.565/2023, da Comissão de Esporte, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Departamento Estadual de Investigação, Orientação e Proteção à Família pelos trabalhos desempenhados e pela belíssima campanha Maio Laranja, que contribuiu grandemente para o combate à pedofilia, com destaque para a parceria com os três maiores clubes do Estado de Minas Gerais, que viabilizaram campanhas no âmbito esportivo para incentivar denúncias contra os abusos sexuais infantis.

Nº 2.566/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam interrompidas as atividades da Empresa Rio Rancho Agropecuária S.A. nos Municípios de Padre Carvalho e Grão-Mogol, por estar invadindo território tradicional da Comunidade Geraizeira Curral da Vara – Núcleo Tingui.

Nº 2.567/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente pedido de informações sobre a existência de processo de licenciamento ambiental para exercício de qualquer atividade da empresa Rio Rancho Agropecuária nos Municípios de Grão-Mogol e Padre Carvalho, bem como sobre a existência de procedimento de consulta livre, prévia e informada das comunidades tradicionais da região, conforme a convenção 169 da OIT, com o encaminhamento de todos a esta comissão, caso existam. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.568/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam apuradas, para fins de fiscalização, o exercício de atividades irregulares de supressão e queimada de bioma de cerrado, pela empresa Rio Rancho Agropecuária S.A., nos Municípios de Padre Carvalho e Grão-Mogol, por estar invadindo território das Comunidades Tradicionais Geraizeira Curral de Vara e Curral de Vara II, Núcleo Tingui.

Nº 2.571/2023, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao prefeito municipal de Baldim pelo curso Aplicação de defensivos agrícolas como forma de promoção de boas práticas na agricultura.

Nº 2.572/2023, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja organizado e realizado seminário legislativo, fórum técnico, ciclo de debates ou outra modalidade de evento que a Gerência de Projetos Institucionais – GPI – julgar propício, para

tratar da defesa da desburocratização da piscicultura, tendo em vista que este é um tema de extrema importância e pode trazer benefícios significativos para o setor. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.573/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que sejam apuradas as recorrentes denúncias de assédio moral no âmbito da Polícia Civil de Minas Gerais. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.574/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Campanário, com base nos princípios da administração pública, previstos no *caput* do art. 37 da Constituição do Estado, em especial a legalidade e a publicidade, bem como no art. 73, pedido de informações sobre a aplicação das emendas parlamentares destinadas pelo deputado Sargento Rodrigues ao município, solicitadas pelos vereadores Benair dos Santos Oliveira, Walison Maciel dos Santos, Fábio Rodrigues Lima e Estefany Fernandes da Silva, cujas execuções são de competência dessa prefeitura e já estão à disposição dessa administração municipal.

Nº 2.577/2023, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., em Fortaleza, pedido de providências para que seja criada linha de financiamento para projetos de energia solar de pequenos agricultores.

Nº 2.578/2023, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – pedido de informações acerca do cumprimento da proposta apresentada pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – de antecipação da devolução aos seus consumidores dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da ação que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS-Pasep/Cofins das faturas de energia, especialmente em razão dos valores médios de aumentos tarifários fixados desde a apresentação da referida proposta.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, nas galerias, de alunos do Parlamento Jovem de Sete Lagoas, que está aqui juntamente com o presidente da Câmara de Vereadores. Sejam muito bem-vindos mais uma vez a este Plenário. Parabéns pela participação neste Poder Legislativo.

Oradores Inscritos

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia, queria, mais uma vez, agradecer a presença dos servidores da educação, da saúde e da segurança. Como é bom ver os senhores e as senhoras nas galerias! Como é prazeroso ter a nossa Casa lotada! Como é bom ver que o cidadão aqui precisa ter vez e voz!

Sr. Presidente, o slogan do Poder Legislativo, como peça de marketing principal, é “Poder e voz do cidadão”. Então, por sermos poder e voz do cidadão, é que a gente precisa fazer todo o esforço para se inverter a pauta. Eu fui o primeiro a encaminhar o requerimento. Invertendo-se a pauta, presidente, nós votaremos o PL nº 822 e, em seguida, partiremos para o debate do PL nº 767.

Eu queria, presidente, nesta manhã, direcionar a minha fala, de forma muito especial, ao conjunto de líderes e, de forma mais especial ainda, aos líderes Gustavo Valadares, Cássio Soares e Carlos Henrique. Esses são os líderes que compõem a base de governo; são os líderes que estão tentando inclusive virar o voto do deputado para que ele não vote favoravelmente à emenda que trata da autorização do governo para conceder esta recomposição, estendendo-a aos servidores da segurança pública. Vou fazer um apelo a esses três líderes, mas, antes, quero dizer da minha satisfação, que já está nas minhas redes sociais. E eu quero fazer uma leitura aqui, da tribuna, presidente, porque, sem a ajuda desses parlamentares, a emenda da segurança pública não tinha ganhado a força que ganhou para ser votada em 2º turno, em Plenário. Eu queria pedir aos companheiros e às companheiras da segurança pública que, ao

fazer a leitura do nome do parlamentar ou da parlamentar, que pudessem dar, num gesto de agradecimento, num gesto de reforçar o pedido de apoio, uma salva de palmas a cada nome que eu citar aqui, desta tribuna.

Então vamos começar. Primeiro vamos agradecer à deputada Alê Portela; à deputada Ana Paula Siqueira; à deputada Andréia de Jesus; à deputada Beatriz Cerqueira; à deputada Bella Gonçalves; ao deputado Betão; ao deputado Betinho Pinto Coelho; ao deputado Bim da Ambulância; ao deputado Bruno Engler; ao deputado Caporezzo; ao deputado Celinho Sintrocel; à deputada Chiara Biondini; ao deputado Coronel Sandro; ao deputado Cristiano Silveira; à deputada Delegada Sheila; ao deputado Delegado Christiano Xavier; ao deputado Doorgal Andrada; ao líder da minoria, deputado Doutor Jean Freire; ao deputado Doutor Wilson Batista; ao deputado Doutor Paulo; ao deputado Eduardo Azevedo; ao deputado Elismar Prado; ao deputado Fábio Avelar; ao deputado Gustavo Santana, líder do nosso bloco; à deputada Ione Pinheiro; ao deputado e presidente da Comissão de Administração Pública, João Magalhães; ao deputado Leandro Genaro; ao deputado Leleco Pimentel; à deputada Leninha; ao deputado Leonídio Bouças; à deputada Lohanna; ao deputado Lucas Lasmar; ao deputado Luizinho; à deputada Macaé Evaristo; à deputada Maria Clara Marra; ao deputado Marquinho Lemos; ao deputado Professor Cleiton; ao deputado Ricardo Campos; ao deputado Thiago Cota; e ao líder da oposição, deputado Ulysses Gomes.

Eu queria também dizer que a emenda ainda não foi protocolada. Aos meus colegas deputados e às colegas deputadas que não assinaram, ela está aqui, comigo; e que nós os convidamos não só para assinar, mas também para apoiar, o deputado Adriano Alvarenga, o deputado Alencar da Silveira Jr., o deputado Antonio Carlos Arantes, o deputado Arlen Santiago, o deputado Arnaldo Silva, o deputado Bosco, o deputado Carlos Henrique, o deputado Cássio Soares, o deputado Charles Santos, o deputado Coronel Henrique, o deputado Douglas Melo, o deputado Dr. Maurício, o deputado Duarte Bechir, o deputado Enes Cândido, o deputado Gil Pereira, o deputado Grego da Fundação, o deputado Gustavo Valadares, o deputado João Vítor Xavier, a deputada Lud Falcão, o deputado Mário Henrique Caixa, a deputada Marli Ribeiro, o deputado Mauro Tramonte, a deputada Nayara Rocha, o deputado Neilando Pimenta, o deputado Noraldino Júnior, o deputado Oscar Teixeira, o deputado Professor Wendel Mesquita, o deputado Rafael Martins, o deputado Raul Belém, o deputado Roberto Andrade, o deputado Rodrigo Lopes, o deputado Tito Torres, o deputado Vitório Júnior, o deputado Zé Guilherme e o deputado Zé Laviola.

Então, para esses colegas deputados e deputadas, a emenda ainda se encontra aqui, em minhas mãos. E nós gostaríamos muito que eles também pudessem assinar a emenda e demonstrar esse reconhecimento, e esse apoio é agora, é neste momento. Quando acionarem as forças de segurança lá nas suas bases, seja Polícia Civil, seja Polícia Militar, seja Corpo de Bombeiros, seja Polícia Penal, lembrem-se de que nós precisamos do apoio de vocês. Então lembrem-se!

Sr. Presidente, quero, ao nominar aqui cada colega deputado e cada colega deputada, pedir o apoio, pedir para assinar a emenda. Já que 40 parlamentares assinaram, com exceção do presidente que exerce um papel diferenciado de última palavra, peço aos outros 36 parlamentares. Então, não é praxe a gente pedir a assinatura e nem a votação do presidente do Poder, mas os demais 36 deputados todos são muito bem-vindos a assinar a emenda, a votar conosco, porque tenho certeza de que, em cada cidade que o senhor representa, em cada região, as forças de segurança pública continuam trabalhando dia e noite, 24 horas por dia, sete dias por semana, 365 dias por ano.

Então, faço um apelo aos colegas deputados e às colegas que nos ajudem. Inclusive faço um apelo aqui ao deputado Gustavo Valadares, que tem insistido com outros colegas aí para mudarem o voto. Deputado Gustavo Valadares, pelo que estamos percebendo aqui, pelos dados e informações de quem já manifestou apoio, solicito ao líder de governo, que daqui a pouco será secretário de Governo, que libere a bancada, porque senão vai acabar expondo os seus liderados de forma, diria, não muito salutar, porque, se temos aqui a maioria e o indicativo de que a emenda será aprovada com o apoio desses parlamentares, é muito melhor que o deputado Gustavo Valadares reúna o grupo e fale: “Olha, a bancada está liberada”. Senão quem vai ficar queimado, quem vai ficar

com as imagens desgastadas são os parlamentares. Então, é muito melhor liberar a bancada porque assim o governo é quem vai ficar com a responsabilidade.

Então, queria pedir aos colegas deputados e às deputadas que nos ajudem. O que estamos fazendo aqui, Doorgal, é pedindo o apoio dos demais. V. Exa. foi um dos primeiros a assinar junto comigo. Então, estou aqui pedindo o apoio, pedindo para assinar, pedindo voto, porque quem tem de tomar essa decisão é quem falou isso aqui. (– Mostra cartaz.) É esse que tem de tomar a decisão, deputado Arnaldo. É esse, é esse aqui que tem de falar assim: “Me deram autorização legislativa, agora faço ou não faço?”. É ele quem assumiu o compromisso. Foi o governador do Estado.

Então, deputado Gustavo Valadares, faço um apelo a V. Exa. para liberar a bancada para votar com a emenda da segurança pública. Muito obrigado, presidente.

A deputada Bella Gonçalves – Obrigada, presidente. Saúdo todas as categorias mobilizadas em luta aqui na Assembleia Legislativa. Salvem os servidores!

Seguimos a luta agora, na parte da tarde, em torno da votação dos projetos de lei e da recomposição salarial digna para todos os servidores do Estado de Minas Gerais. Mas, antes disso, eu queria falar um pouco sobre a sessão de hoje, de manhã, do Assembleia Fiscaliza de meio ambiente. Eu queria falar aqui porque fiquei assustada, em todas essas versões do Assembleia Fiscaliza, como que os secretários e as secretárias se esquivam de perguntas polêmicas. Eu fiz uma pergunta para a secretária de Meio Ambiente, baseada em dados da própria Secretaria de Meio Ambiente que mostravam a dispensa de licenciamento ambiental para cerca de 1/4 dos empreendimentos minerários no Estado. Gente, atenção! Estou dizendo que 1/4 de toda a mineração que acontece em Minas Gerais não é licenciada! O governo criou um subterfúgio para eximir as empresas do licenciamento a fim de regularizar as empresas que iniciam os seus trabalhos na tora, na pirataria, na bandidagem – as empresas, como a Fleurs e a Gute, aqui, na Serra do Curral. E a Secretaria de Meio Ambiente – Semad –, ao invés de denunciar, correr atrás, buscar a responsabilização, a multa e o fechamento desses empreendimentos minerários, dá termos de ajuste de conduta. A secretária tentou desconversar os dados, mas os dados são da própria Semad: são 143 licenciamentos contra 48 empreendimentos minerários sem licenciamento.

E aí a gente pega, de novo, o exemplo da Serra do Curral, porque é um exemplo que foi investigado. Mas eu imagino que, se a gente pegasse exemplos de outras mineradoras pelo Estado com dispensa de licenciamento ambiental, os casos poderiam ser até mais escandalosos, deputada Macaé. No caso da mineração na Serra do Curral, a gente tem ali, mais ou menos, em 2019 e 2020, mineradoras piratas ligadas ao empresário João Alberto Lages e outras que entram ali, no espaço da Serra do Curral, e começam a minerar na tora, inclusive, a explodir dinamite a menos de 100m das casas dos moradores e das moradoras do Taquaril, sem o Estudo de Impacto Ambiental, sem o estudo de vizinhança, sem nada que seria necessário para o licenciamento ambiental. A Semad vai lá e aplica uma multa. Só que a Fleurs e a Gute nunca pagaram essas multas, e o Estado de Minas Gerais vai lá, a Semad, e propõe um TAC. O que é isso? “Você, que está atuando na pirataria, na bandidagem e que não tem licença, eu vou lhe dar uma licença precária para você minerar, mas com essas condicionantes.” O que a empresa faz? Além de não pagar a multa, não cumpre essas condicionantes. Sem que ela cumpra as condicionantes, o que o Estado vai lá e faz? “Ah, eu vou cancelar o TAC. Você não está cumprindo o TAC. Eu vou cancelar.” Não. Eles fizeram sucessivos TACs depois disso, retirando, inclusive, as condicionantes para permitir a operação da Fleurs, não é Betão? E isso tudo está na decisão da juíza federal, que julga os empresários da Gute e da Fleurs não por violação da legislação ambiental, mas por extração ilegal de lavra, por surrupiar o minério de ferro de Minas Gerais, por roubarem parte do patrimônio mineiro e parte da Serra do Curral sem licença ambiental.

Queria aqui citar uma parte da decisão da juíza federal, que foi a juíza... Esperem aí que eu vou pegar a decisão. É tanto assunto, não é, gente? Estamos aí na luta! Ah! Pronto, peguei, recebi aqui. Ela fala: “Estranho ainda mais o fato de que sucessivos TACs são firmados pelas empresas Fleurs e Gute com a Semad, dispensando-as de apresentarem licença ambiental, quando todos os

TACS anteriores são descumpridos e mais, por sua natureza, deveriam ser temporários. Um TAC não pode servir como substituto de uma licença ambiental complexa. No caso, porém, apesar de descumprimentos, ele vem sendo sucessivamente renovado.

Veja-se que a empresa Fleurs já foi autuada por esse empreendimento em mais de R\$2.000.000,00 e, ainda assim, a Semad firma novos TACs, ferindo todos os princípios do direito administrativo”. Eu já assinei a emenda. Não sei o que vocês estão falando, não, mas eu estou. “Dessa forma, o descumprimento reiterado das cláusulas do TAC, firmado em 2019, deveria ter provocado a rescisão do termo de ajustamento de conduta, porém, não só foi renovado mas também as cláusulas de obrigação para a empresa foram retiradas, contrariamente ao interesse público e à moralidade”.

Gente, a ação da Justiça Federal era uma ação contra os donos da Fleurs e da Gute. Porém, o que a juíza aponta aqui é uma possível corrupção, um possível favorecimento dessa pirataria feita pela Secretaria de Meio Ambiente – Semad. Eu apresentei, justamente, esses dados para a secretária Marília, inclusive questionei-a por que não compareceu a uma audiência sobre o direito de consulta dos povos tradicionais, na Câmara Federal, para prestigiar um evento do João Alberto Lages, que é justamente o dono da Fleurs e da Gute, ou seja, ela deixa de assumir um compromisso público, na Câmara Federal, em Brasília, para prestigiar o evento das mineradoras, presidido por uma pessoa que está sendo indiciada e condenada pela Justiça Federal por extração ilegal de lavra, por pirataria, por roubo de minério de ferro. A secretária se esquivou de responder essas questões hoje. Ela falou: “Não, sobre a Tamisa” – que é a Taquaril Mineração – “só existe uma ação na Justiça, que é sobre o direito dos povos quilombolas”. Mas ela não respondeu nada sobre a Gute e a Fleurs, que era justamente a razão do meu questionamento, esquivando-se completamente, no Assembleia Fiscaliza, do seu dever de responder às perguntas dos deputados.

De que tem medo a secretária? De que tem medo o governo a partir de um processo de abertura da CPI da Serra do Curral? Será que o governo Zema tem medo de que a gente puna e investigue não apenas os financiadores da sua campanha – as mineradoras financiaram em 11% a campanha de reeleição do governo Zema – mas também que a gente consiga pegar, dentro da sua administração, indícios graves de corrupção, fatos graves de corrupção? Será que é esse o medo?

Aí, eu queria dizer para todos os servidores que nós estamos em vários processos de luta aqui, na Casa. A obstrução não começou ontem. Ela não começou com a questão de recuperação fiscal, ela começou, na semana retrasada, quando o governo envia para a Casa mais uma execrecência, que é a proposta de premiação com a isenção do pagamento de IPVA e perdão das dívidas de IPVA do Salim Mattar, dono da Localiza, que é o maior financiador de campanha do governo Zema. Então, para favorecer em mais de R\$1.000.000.000,00 o Salim Mattar e a Localiza, o governo tem dinheiro, mas, para fazer a promessa de campanha dele de recomposição salarial dos servidores públicos, ele não tem, não. Para aumentar o próprio salário em 300%, ele tem dinheiro, mas, por outro lado... Fora que o Estado está quebrado e tem que aprovar desesperadamente o Regime de Recuperação Fiscal.

Aí, gente, eu queria dizer que a recomposição salarial dos servidores, este ano, é fundamental, e nós vamos lutar até o fim por ela. Mas nós queremos manter a autonomia da Assembleia Legislativa e a possibilidade de que essa recomposição salarial aconteça não apenas este ano, mas também em todos os anos em que ela deve acontecer.

O Regime de Recuperação Fiscal que o Zema agora quer passar no tapetão do STF, sem a consulta da Assembleia Legislativa, e que está sendo votado lá em Brasília, vai justamente congelar as carreiras do serviço público e impossibilitar a recomposição salarial nos próximos anos. Então não vale uma coisa pela outra. Nós temos que lutar contra o Regime de Recuperação Fiscal até o fim, até o fim. O Zema vai sair derrotado por esta Assembleia Legislativa. Ele tem que sair derrotado por esta Assembleia Legislativa. É muita imoralidade aumentar em 300% o seu salário e não dar 5% de reajuste aos servidores. É muita imoralidade pagar R\$7.000.000,00 para buffet com camarão e filé, mandar asfaltar a avenida que chega ao seu rancho e não pagar professora precarizada dentro de sala de aula que não recebe o piso da educação! É uma imoralidade o Zema beneficiar essas bandidas mineradoras e não fortalecer a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Não queremos essa imoralidade mais aqui dentro do Parlamento. Este debate aqui não é uma negociação simples. Eu não estou aqui por qualquer migalha que seja. Nós estamos aqui pelo povo mineiro, o povo

mineiro que não quer ver a venda da Copasa, da Cemig, da Codemig e o congelamento do salário dos servidores ser aprovada pelo Regime de Recuperação Fiscal, inclusive prescindindo de debate aqui, na Assembleia Legislativa. Se há uma coisa que o Regime de Recuperação Fiscal faz é diminuir este Parlamento, porque à medida que ele cria uma comissão para poder analisar o orçamento do Estado e a segurança fiscal do Estado, retira do povo, do Parlamento, dos sindicatos e de toda a população mineira a possibilidade de lutar por dignidade, por direitos e pelo serviço público que tem que ser prestado à população com qualidade. Essa é a nossa luta aqui hoje.

Então, deputada Macaé, deputada Andréia de Jesus, que ontem fez aniversário, gente... É uma deputada combativa aqui na luta. Feliz aniversário de novo! Espero que tenha comemorado bastante ontem. Deputada Beatriz Cerqueira, que também é uma guerreira incansável na luta pelas conquistas que nós estamos aí para anunciar, como o reajuste para a educação e a questão da MinasCaixa; deputado Betão; deputado Cristiano Silveira; deputado Jean, nosso vice-líder, líder da Minoria; deputado Ulysses; deputada Lohanna; deputado Professor Cleiton, brilhante como sempre, falo com vocês que o nosso bloco hoje tem feito mais do que o pensamento só dos interesses da nossa base eleitoral. Nós estamos aqui preocupados com o conjunto do serviço público de Minas Gerais. E é essa responsabilidade que tem motivado esse processo de obstrução que estamos fazendo no Parlamento. Tenho muito orgulho de fazer parte do Bloco Democracia e Luta; tenho muito orgulho de ter tido a confiança da população mineira para representá-la como deputada. Nunca fui sobrinha de ninguém, tia de ninguém, apadrinhada por ninguém. A gente chegou aqui através da luta, e a gente tem a certeza de que só a luta muda a vida. E se há uma coisa que para nós é fundamental é a nossa soberania, o nosso direito de resistir e a nossa soberania de fazer a luta por direitos. E isso nós não vamos entregar. Por isso, “não” ao Regime de Recuperação Fiscal! Fora, Zema! Fora, Zema caloteiro! Tire suas mãos da Serra do Curral! Tome vergonha na cara e conserte as estradas de Minas Gerais antes de consertar o seu rancho! Obrigada.

O deputado Professor Cleiton – Presidente, boa tarde; boa tarde, deputados e deputadas; boa tarde, mais uma vez, a vocês, servidores e servidoras do Estado. Primeiro eu queria me dirigir aos senhores e às senhoras para pedir desculpas, porque a nossa vontade e o nosso desejo, desde cedo, era já termos votado o PL da educação, votado a emenda apresentada pelo deputado Sargento Rodrigues, votado as emendas que nós também queremos que aqui sejam contempladas.

Eu estou vendo aqui a representatividade do Sind-Saúde, de servidores que deram a sua vida durante a pandemia para que nós estivéssemos aqui. Então deixo a minha homenagem a vocês, servidores da saúde do Estado de Minas Gerais, batalhadores pelo SUS, que tanto precisam ser também considerados e colocados no seu devido lugar. Mas o pedido de desculpas vem acompanhado também da explicação do motivo de estarmos nesse processo de obstrução, que é um processo importante até para que a gente também tenha conquistas.

O líder do governo, o deputado Gustavo Valadares, daqui a alguns dias, será também o secretário de Governo, e temos conversado com ele, desde o dia de ontem, que foi quando ficamos sabendo disso. É uma reivindicação nossa que diversas outras categorias sejam contempladas também, nem que seja de forma autorizativa, como foi a emenda do deputado Sargento Rodrigues, porque, como os senhores e as senhoras são sabedores, nós não podemos ter aqui a iniciativa de gerar nenhum tipo de despesa para o governo do Estado. As nossas emendas não podem sair daqui com o que a gente chama de vício de iniciativa, e por isso a emenda do deputado Sargento Rodrigues e as emendas que o Bloco Democracia e Luta propôs são emendas autorizativas, que dão ao governador do Estado a decisão da caneta. Ou seja, cabe a ele decidir se quer ou não fazer a recomposição das perdas inflacionárias; se quer ou não contemplar os servidores de diversas outras autarquias.

De uma forma muito especial, há alguns servidores que aqui se encontram representando a saúde e a segurança pública, e há também vocês, meus companheiros e companheiras, professores e professoras que, com muita luta, têm dedicado a vida em prol daquilo que é mais importante em todo o mundo, que é a educação. Não estaria aqui o deputado Professor Cleiton; não estariam os bravos policiais penais, policiais civis e militares; não estariam os engenheiros do DER, que ganham o salário de R\$2.500,00 –

engenheiro ganhando isso em Minas! – não fosse o fato de, um dia, terem eles passado pela sala de aula e se deparado com essa figura, que é a figura do professor e da professora.

Então o que causa estranheza é que... Eu queria fazer uma pergunta a vocês. Vocês viram alguém da base do governo vir aqui e defender o PAF? Eu estou ainda aguardando, porque nós nos preparamos para fazer um debate acerca do PAF e acerca de alguns artigos do PAF, que nós entendemos que podem ser modificados dentro da ação legislativa, como fez o Estado de São Paulo. E digo mais, se a gente perguntar para alguns dos deputados e das deputadas, Lucas Lasmar, o que significa PAF, eu tenho certeza de que muitos dos nossos colegas nem sabem o significado dessa sigla.

Então não existe a mínima possibilidade de nós votarmos algo antes de ser debatido. É por isso que existe o Parlamento. Eu não vi também aqui ninguém com coragem para defender, por exemplo, um governo que faz uma renúncia fiscal de R\$1.100.000.000,00 para contemplar, privilegiar determinado segmento empresarial, que são as locadoras de veículos.

Mas eu queria prestar contas aqui a vocês. Quando chegou esse projeto de renúncia fiscal, eu apresentei 16 emendas. Deputada Beatriz Cerqueira, se tiver condições, localize para mim aquela emenda que também estendia o privilégio do IPVA aos pacientes com câncer. Pacientes com câncer não são importantes? Eles não podem pagar IPVA a menos? Deputado Rodrigo Lopes, no Silegis, se a gente votar... Tente aí, localize para mim o projeto que eu fiz, aliás, uma emenda que eu fiz a esse projeto, para conceder valor de IPVA, 1% também para todos os servidores públicos civis e militares do Estado. A emenda não foi contemplada. Localize para mim, deputado Cristiano Silveira, aquela outra emenda que estendia privilégios fiscais aos pais de crianças com deficiência no Estado. A emenda não foi contemplada. Localizem para mim, professores e professoras, uma outra emenda que eu fiz para estender privilégios aos motociclistas. Ou motociclista não é importante? Então, tem hora que estar aqui é um exercício hercúleo de tentar fazer justiça social. É de matar, muitas vezes. É de matar, de matar, de matar de raiva o sujeito que quer a justiça social acontecendo. Localize para mim, deputado Ricardo Campos, outra emenda que eu fiz, estabelecendo que sócios de locadoras que têm 5% das ações delas não poderão mais fazer doação de campanha. Será que você consegue achar? Localize para mim.

Vejam só o momento que a gente está vivendo. Mais uma vez, quero pedir desculpas a vocês por estarmos aqui, porque nós precisamos discutir essa questão do PAF, sim. Diga-se de passagem, quero explicar um pouco tecnicamente que o PAF representa o primeiro Regime de Recuperação Fiscal da nossa história, uma lei de 1997, que é extremamente importante quando do seu surgimento, porque era uma forma de compensação dos impactos da Lei Kandir aos estados. E aí nós estamos diante de um dilema, porque o que estão dizendo é o seguinte: “Se nós não votarmos o PAF, o Estado vai ter que pagar R\$5.000.000.000,00 para o governo federal e, se não pagar os R\$5.000.000.000,00, ele pode se transformar em R\$15.000.000.000,00.

Bom, eu só quero fazer aqui uma reflexão, senhores e senhoras. Os senhores não precisavam estar aqui pedindo aquilo que lhes é de direito. Quando o Supremo Tribunal Federal chama para um debate acerca das perdas causadas pelos impactos da Lei Kandir, se o governador tivesse batido o pé e cobrado, naquele momento, da União os R\$136.000.000.000,00 a que Minas tinha direito... Os R\$136.000.000.000,00 se transformaram em R\$8.700.000.000,00 apenas. Abriu mão desse recurso, deixando que o governo Bolsonaro determinasse as regras do jogo. São R\$8.700.000.000,00 divididos em 43 anos. Portanto esse discurso de que o Estado vai ter que pagar R\$5.000.000.000,00 não nos convence, porque, se vai ter que pagar R\$5.000.000.000,00, então que recorra ao Supremo Tribunal Federal para que ele também dê ao Estado condições de pagar os R\$5.000.000.000,00 em 43 anos, como ocorreu quando o governador aceitou a redução de R\$136.000.000.000,00 para R\$8.700.000.000,00.

A sua cidade de São João del-Rei, deputado Cristiano Silveira, tinha direito de receber aproximadamente R\$300.000.000,00, de 1996 a 2018, relativos aos impactos causados pela Lei Kandir; Extrema, deputado Rodrigo Lopes, cidade na qual o senhor é majoritário, tinha direito a quase R\$800.000.000,00; Varginha, a minha cidade, R\$380.000.000,00. E simplesmente, no momento em que precisávamos da presença de um estadista para dizer “não, Minas não abre mão”, mesmo que fosse pago em 60 anos, que era a proposta desta Assembleia... Eu quero lembrar, deputados e deputadas, que nós assinamos aqui, deputada Macaé,

deputado Sargento Rodrigues, com o conjunto dos deputados liderados naquele momento pelo presidente da Casa, deputado Agostinho Patrus, a Carta de Minas, em que aceitamos receber essas perdas da Lei Kandir por 60 anos, o que não comprometeria em nada o acordo com a União. Não, mas esse valor virou R\$8.700.000.000,00. Por que eu digo que os senhores e as senhoras não precisariam estar aqui? Porque esse recurso garantiria a recomposição de perdas inflacionárias e aquilo que é tão sonhado por tantas categorias: plano de carreira.

Eu quero perguntar aos policiais civis, eu quero perguntar aos professores, eu quero perguntar às pessoas da área da saúde: qual é a vantagem que vocês têm hoje no Estado para ascensão na carreira? Qual é a vantagem que vocês têm para fazer um mestrado, um doutorado, uma pós-graduação? Qual é a vantagem de vocês fazerem vários cursos de defesa pessoal? Nenhuma. Por quê? Porque nós não temos aqui um olhar para a categoria dos servidores. Eu preciso aqui, na defesa que a gente faz dos servidores – já encerrando –, ajudar a desconstruir as falácias que existem por aí, inclusive no que diz respeito à necessidade de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, tirando essa relação com o PAF.

Ouvi de um deputado esses dias: “Professor Cleiton, Minas tem servidor público demais”. Não é verdade. E aí eu provo com números que isso não é verdade. Nós temos visto que os grandes IDHs do planeta, que se encontram nos países do Hemisfério Norte, são exatamente os índices de desenvolvimento humano de regiões onde há um grande número de servidores públicos. Na Suécia, para cada habitante, são 22 servidores públicos; na Noruega, para cada habitante, são 9 servidores públicos; no Brasil, deputado Caporezzo, para cada habitante, são 68 servidores públicos; em Minas Gerais, nós temos, para cada habitante, mais de 90 servidores públicos. Estamos distantes da realidade dos países com maior índice de desenvolvimento humano e distantes, inclusive, da realidade brasileira, que não é das melhores.

Por isso, mais uma vez, eu quero solicitar aqui que esta Casa faça, pelo menos, uma sinalização e um gesto de valorização aos servidores simplesmente fazendo a inversão da pauta – inversão.

A presidenta (deputada Leninha) – Obrigada, deputado Professor Cleiton. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Boa tarde a todas e a todos.

Presidenta Leninha, deputadas, deputados, nós estamos nessa longa discussão ao longo desta semana e, sem dúvida nenhuma, se existe uma coisa que nós achamos justa e por que estamos lutando desde então é para garantir que, pelo menos no dia de hoje – já que, nos últimos dias, não houve esse entendimento –, nós, de fato, tenhamos a inversão de pauta para votar o reajuste legítimo dos servidores da educação – o pagamento do piso, que, diga-se de passagem, nem é o valor exato que deveria constituir direito dos servidores – e consequentemente para votar a emenda que a grande maioria dos deputados e deputadas assinaram e que dá o reajuste aos servidores da segurança pública.

É legítimo e é uma luta nossa aqui também que o governo reconheça, no mínimo, a recomposição das perdas inflacionárias de todos os servidores – todos os servidores. O desafio do dia a dia da vida que nós temos vivido, paralelamente àquilo que o governo vem fazendo de benefícios, como nós acabamos de ouvir, a empresários não se justifica quando o governo nega a recomposição apenas das perdas inflacionárias. Nós não estamos falando ainda, apesar de ser um direito também, de um reajuste, de um aumento salarial, mas da recomposição das perdas do ano, por exemplo, de 2022, de janeiro a dezembro, que correspondem hoje a 5,78%. Então o governo não está aceitando nem discutir perdas inflacionárias, o que dificulta ainda mais a vida do servidor, pondo uma lógica de valorização, de reconhecimento, de apoio para que, não só nessa lógica, mas também naquilo que o governo fala da boa gestão, da diferença... Cadê isso?

Na contramão dessa oportunidade que o governo tem de, num projeto de reajuste dos servidores da educação, discutir com todas as categorias, ele joga na mentira e na ameaça. Quando o governador Zema vem a público dizer que, se o governo do Estado não assinar o Regime de Recuperação Fiscal, vai impor aos servidores 10 anos sem reajuste... Imagine, deputado Sargento, 10 anos

sem reajuste salarial, sem recomposição de perdas. Ele já não está querendo conversar agora, está devendo o passado e está dizendo que tem que votar o Regime de Recuperação Fiscal para que os servidores fiquem 10 anos – 9 mais 1 de carência – sem recomposição das perdas salariais.

Então é inaceitável quando ele faz todo um discurso, uma campanha, deputada Lohanna, dizendo que acertou as contas do Estado, que é um Estado eficiente, que é diferente. Um Estado que, ao longo dos últimos quatro anos e meio, não pagou, deputada Ana Paula, nem R\$0,01 da dívida com a União. O governo está mais endividado; ele guardou esse dinheiro, nega informação – transparência zero para o governo –, porque ele nega a informação de qual é o saldo das contas bancárias. Nós passamos o mandato passado inteirinho cobrando isso, inclusive com medida judicial, com liminar – nós vencemos, mas foi derrubada pelo governo – para que ele nos desse a informação de quanto ele tem em caixa. Ele nega essa informação. Ele nega a informação do que ele tem em caixa, mas dá benefício fiscal de R\$1.200.000.000,00 para uma empresa apenas, para um setor.

Mas as contas estão difíceis, não pode tapar buraco, e as estradas estão como estão. Mas aí pode privatizar e cobrar do povo de novo. Não pode... Mas para a fazenda dele tem, é o que a nossa companheira está dizendo.

Então, com esse nível de desinformação e sobretudo – só posso dizer uma coisa – de mentira do governo, há alguma coisa errada, deputada Ana Paula. Ontem, eu falava aqui: “Se eu for dizer que isso aqui é verdade...” Vamos imaginar. O governador Zema diz assim: “Zema indica que salários podem atrasar novamente se Minas voltar a pagar a dívida com a União”. Se isso aqui for verdade, há um problema, porque ele está, há quatro anos, e acabou de ser reeleito, falando que ajustou as contas do Estado. Ele não pagou nada da dívida, guardou o dinheiro e agora ele vai voltar a pagar sua dívida com a União e já vai atrasar salário? Então, cadê a boa gestão? Cadê a arrumação da casa? Portanto, há, sem dúvida nenhuma, alguma mentira, se não for essa que ele está falando. Não vou aqui dizer que ele é mentiroso, mas, se isso aqui for verdade, a mentira que está por trás é muito maior do que esta notícia aqui.

Então, eu queria compartilhar com aqueles e com aquelas que nos acompanham, não só com os vários aqui, no Plenário – é uma alegria –, mas também com toda a sociedade, que o que nós estamos procurando fazer é manifestar claramente, sem medo das consequências, que o posicionamento do nosso bloco é contrário a esse programa que está na pauta, que é o PAF, por isso nós estamos pedindo para inverter. Nós não temos problemas em votar o outro projeto, que é legítimo, é direito dos servidores, dos professores; em votar a emenda da segurança; e, quem sabe, aprovar uma emenda do nosso bloco também para todos os demais servidores. Há até duas opções: uma opção dos 12% para ser igual para todos, ou apenas a recomposição das perdas inflacionárias. Se o governo entender que não tem dinheiro para dar um aumento maior, a gente aceita a discussão só das perdas inflacionárias.

Então, se não é possível discutir neste momento, que a gente inverta a pauta porque nós não vamos deixar, nós não vamos parar de insistir aqui que este projeto do PAF não deveria estar na pauta. Se o governo errou o seu prazo, se ele não se planejou – é outra contradição no que diz respeito à competência de planejamento que ele diz ter –, ele tem que reconhecer, então, que ele perdeu o tempo para isso.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Deputado Ulysses, seria muito bom V. Exa. aproveitar que está falando desta matéria para trazer aqui os esclarecimentos da nota técnica que o governo de Minas enviou ao Tesouro Nacional falando sobre recomposição de perda inflacionária nos próximos nove anos, caso haja adesão. Eu acho que esse assunto é muito importante e, nas minhas lives, eu tenho falado, eu tenho dito isso. Isso contraria, inclusive, o parecer técnico do Ministério da Economia, porque, no parecer técnico desse ministério, tem de haver a previsão com despesas para a recomposição de inflação.

Foi V. Exa. que trouxe essa notícia aqui, em primeira mão, nesta mesma tribuna, falando sobre essa nota técnica enviada pelo governo de Minas para o governo federal estabelecendo o que o governo pretende fazer em termos de recomposição em caso de adesão ao regime, nos próximos nove anos, mesmo a Lei de Responsabilidade Fiscal permitindo a recomposição de perda inflacionária, mesmo a Constituição da República, em seu art. 37, X, assegurando a revisão geral anual. Seria muito bom que aqueles

que estão nos acompanhando, não só nas galerias mas também pela TV Assembleia, soubessem daquilo que V. Exa. trouxe aqui e tornou público.

O deputado Ulysses Gomes – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. V. Exa. traz aqui um assunto importante. Foram realmente os documentos entregues pelo governo do Estado ao Ministério da Fazenda, documentação esta exatamente com a manifestação de interesse do governo em assinar o Regime de Recuperação Fiscal; e, nesta nota técnica, documento oficial do governo do Estado, ele afirma categoricamente que não dará, nos próximos nove anos, caso assinie – ele confirma ali –, a recomposição das perdas inflacionárias; absolutamente nada. Nota assinada pelo governo do Estado.

E, no paralelo, nobre deputado, publicamente, ele nega isso. E pasmem: o que mais assustou, além, obviamente, do próprio documento do governo é que isso chamou o alerta do Ministério da Fazenda, que questiona o governo. O Ministério da Fazenda faz uma devolutiva, questionando o governo se aquilo não estava equivocado. O Regime de Recuperação Fiscal não obriga, não diz que não pode, não diz que proíbe a recomposição das perdas inflacionárias. A proposta do governo Zema vai além das regras penosas do próprio Regime de Recuperação Fiscal. O próprio Ministério da Fazenda – diga-se de passagem, isso foi no ano passado, em novembro, no governo do ex-presidente Bolsonaro – questionou e questiona o governo do Estado por que a regra, a proposta apresentada pelo Zema, é mais dura, mais penosa ao servidor que o próprio regime propõe. Então é inaceitável. “Ah, mas é a oposição que está falando.” Não, entrem no site do Ministério da Fazenda, eu compartilhei aqui. Há uma nota técnica e uma devolutiva do Ministério da Fazenda, questionando o governo do Estado se aquilo não era um equívoco, deputado Betão. Não era equívoco. O governo Zema provou, por A mais B, por documento, que a proposta que ele quer impor a esta Casa, a Minas Gerais e, consequência direta, aos servidores é muito mais penosa que a própria lei do Regime de Recuperação Fiscal. Então não existe outra forma de a gente agir, cobrar e atuar aqui senão ir contra a proposta desse Regime de Recuperação Fiscal e consequentemente daqueles projetos que fazem parte do arcabouço, dos critérios para adesão ao regime, como, por exemplo, o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, que é esse PAF. Nós não temos condição nenhuma de avançar nessa discussão.

É exatamente por isso que a gente tem obstruído e tentado, nesse sentido, convencer os líderes, a base do governo a inverter a pauta. Vamos continuar com este debate aqui, mas, como fizemos na noite de ontem, durante esta semana, votando, por exemplo, o projeto da MinasCaixa, dos servidores que estavam há cinco meses sem salário; que a gente possa resolver a questão do reajuste dos servidores da educação, resolver o problema, aprovando também a emenda, anexada ao projeto, dos servidores da segurança. Votamos isso, e a gente continua depois com a nossa obstrução, sem problema nenhum. Mas infelizmente, não havendo essa inversão, nós continuaremos obstruindo, discutindo, defendendo aquilo que a gente acredita aqui: que não é necessário, neste momento, votar.

O impacto que pode haver nas contas, com certeza, será equacionado pelo governo eficiente, diferente. Ele é capaz de equacionar essas contas, porque ele ficou quatro anos e meio sem pagar as dívidas. Então pagar 1/3 da dívida não é problema, e ela não irá para o empresário que está sendo beneficiado, ela irá para o governo federal, então é para o que será investido em Minas Gerais. Inclusive, do governo federal, Minas Gerais vai receber para estradas, que são um problema aqui, R\$1.600.000.000,00, do governo do presidente Lula, para recuperar as estradas federais. Então esse dinheiro não é um dinheiro perdido para Minas. Com certeza, o governador Zema, que tem características claramente expostas sobre a sua competente gestão das contas públicas, tem o dinheiro para pagar essa conta. Como ele guardou, deixou de pagar por quatro anos e meio, está na hora de pagar uma parcela. Essa parcela é de direito do governo federal, então é justo que o governo federal receba de Minas Gerais o que o Estado deve, já que ele fez um acordo, por exemplo, anos atrás, em relação à Lei Kandir, quando o governo tinha o direito de receber mais de R\$100.000.000.000,00, e ele fechou um acordo de R\$4.000.000.000,00 em cinco anos. Ele consegue fazer bons acordos para prejudicar Minas.

Então, nesta hora, não tenho dúvida: se há algum impacto, ele não é nas contas de Minas Gerais, ele não prejudicaria o Estado a ponto de um colapso; não. O governador, com certeza, arrumou o caixa, deputado Jean. O governador, com certeza, está

preparando o caixa para pagar alguma conta, porque são quatro anos e meio sem pagar uma parcela. Então esse projeto de lei, nós compreendemos que ele não deve ser votado neste momento, mesmo que haja algum tipo de impacto, que também compreendemos não ser tão penoso assim para as contas do Estado.

Então, nobres deputados, deputadas, nós ainda vamos entrar, daqui a pouco, no processo de discussão dos requerimentos, pedindo a inversão de pauta. Pelo processo regimental, estamos ainda no pinga-fogo, deixando aberto um pouco a troca de ideias. Mas, assim que a gente entrar nos requerimentos, nós vamos voltar a discutir isto: pedir a inversão de pauta. Se não querem invertê-la, que se faça a retirada de pauta desse projeto para que a gente toque os outros projetos que são importantes para Minas também, para os servidores, para esta Casa avançar. Eu tenho certeza de que para esse projeto do PAF o governo encontrará outros caminhos, como está encontrando para o Regime de Recuperação Fiscal, que não aprovou nesta Casa durante os quatro anos. O projeto não está aqui para ser debatido até hoje. Ele fica mentindo no Supremo Tribunal Federal e para todos os lados dizendo que quer o regime, mas não o põe em pauta. Cadê o Programa de Recuperação Fiscal que não está aqui para a gente discutir? Então nem isso ele faz. Ele não quer conversar com a Casa e está conseguindo derrubar isso no Supremo Tribunal Federal. Então, do jeito como ele está conseguindo no Supremo Tribunal Federal, eu tenho certeza de que vai dar outro jeito para esse PAF. Ele é competente para isso, ele vai arrumar, e a gente vai seguir aqui fazendo um bom debate. Muito obrigado, presidente.

O deputado Lucas Lasmar – Boa tarde a todos e a toda a tropa que protege toda a população mineira. Saibam que o nosso bloco está aqui em defesa e na luta para que vocês possam também receber o reajuste devido igual à educação. Vocês podem ter certeza de que estarei sempre ao lado de vocês.

Hoje sou membro efetivo da CCJ e sou relator de um projeto de suma importância para as forças de seguranças, para a Polícia Civil, para a Polícia Militar, para o Corpo de Bombeiros. Peço que o presidente da CCJ coloque a matéria em pauta para que possamos dar o direito a vocês de receberem o tíquete-alimentação que todos os servidores do Estado de Minas Gerais recebem, exceto a segurança pública. Já há várias ações judiciais dando direito aos servidores, mas infelizmente eles têm que pagar advogado com dinheiro do seu próprio bolso. Isso eu quero saber também. A Polícia Penal... Vou colocar uma emenda de minha relatoria para que vocês sejam incluídos. Eu já falei isso aqui, nesta tribuna, e palavra não volta atrás. Infelizmente nós estamos vendo isso à frente do nosso governo. Vocês se lembram do vídeo em que ele prometeu reajuste a vocês em todos os anos de mandato do governo? Com a palavra, não se volta atrás. Eu aprendi isso como vereador.

Eu quero também pedir que possamos valorizar os funcionários do IMA. E que a gente também inclua os quase 13% de reajuste para esses funcionários que fazem um trabalho importantíssimo para a saúde pública. Nós temos aqui os servidores fiscais do IMA que estão lutando para que possam excluir o VT que corta os direitos deles. Podem ter certeza de que esse projeto de resolução que eu fiz aqui, na Assembleia, e estou lutando para que seja aprovado, será para que vocês possam receber o que está na lei. Jamais um decreto poderá se sobrepor a uma lei. Contem comigo. Nós estamos aqui na luta. A emenda que nós fizemos a esse projeto que vai ser discutido aqui, se Deus quiser, vai incluir os funcionários do IMA. Podem ter certeza de que estou conversando com os líderes. É um impacto mínimo para o Estado de Minas Gerais. Nós estamos falando de cerca de R\$7.000.000,00 ao ano. Eu peço a colaboração dos líderes e dos governistas para que a gente possa dar a vocês esse direito. Está na lei. Esta Casa tem que fazer um trabalho sério e não permitir que um decreto se sobreponha a uma lei.

E os servidores vêm aqui, nesta Casa, trazer esse crime que está acontecendo, e serem recebidos e informados de que apenas será feito um requerimento para o governador, infelizmente. A gente não pode aceitar essa situação. Então contem com o meu apoio todos os funcionários do IMA, todos os filiados do sindicato do IMA, e também da associação, para que a gente possa fazer esse fortalecimento. Contem comigo.

O deputado Caporezzo (em aparte) – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputados estaduais. Obrigado pelo apoio, deputado Lucas Lasmar. É realmente importante.

O que eu quero falar aqui é bastante simples, e o meu recado vai para a segurança pública hoje. Olha, o art. 3º da Constituição Federal fala o que em seu inciso IV? Que a República Federativa do Brasil deve promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. O governador Romeu Zema e o governo Zema falam o quê? Que todos são iguais. Então por que há recomposição de perda inflacionária para o Ministério Público? Por que há recomposição de perda inflacionária para a Defensoria Pública? Por que, no caso, para o Poder Executivo, não apenas houve recomposição, como houve aumento? Por acaso a segurança pública é inferior? É isso? Não somos todos nós iguais? Ai há gente que fala: “Não, mas tem que votar igual o salário do aposentado”. Infelizmente, eu sou deputado estadual, eu não voto aposentadoria. Se eu votasse, seria, com certeza, também como critério de recomposição de perda inflacionária.

Agora, é uma covardia, é uma mentira falar em aumento, num momento em que todos sabem que o que a segurança pede é recomposição. Nós não estamos sendo insensíveis em relação às dificuldades do Estado. Nós sabemos que, em 2019, quando o Zema assumiu, a situação das contas era crítica, mas utilizar a mesma justificativa em 2023, não vai colar. Isso definitivamente não pode acontecer.

Então, como sempre, contem com o meu total apoio. A segurança pública sabe que eu vou lutar até o fim pela recomposição das perdas inflacionárias, e não somente por isso, mas por muitos outros direitos também, porque as pessoas que mais se sacrificam pela nossa liberdade são os servidores da segurança pública. Força e honra! A direita vive em Minas Gerais!

Obrigado, deputado.

O deputado Lucas Lasmar – Eu estou um pouco confuso, porque ser base e ser oposição aqui, agora já está misturando tudo. Então a gente...

O que eu queria salientar aqui, pessoal, é que, quando eu entrei nesta Casa, a primeira coisa que recebi, além do Regimento Interno e da lei orgânica estadual, foi o portfólio para que a gente possa mandar emenda parlamentar para a Polícia Militar e para a Polícia Civil. Sabe o que é isso? É furtar a responsabilidade do Estado e jogar para nós. Como nós vamos poder fazer a apuração dos crimes sem estrutura? Como é que a Polícia Militar e a Policial Civil não têm nem um carro básico para fazer o seu trabalho? A Localiza vai ceder para a polícia, com certeza.

Então nós precisamos é de aumentar o efetivo dentro da Polícia Militar e da Polícia Civil, para investigar os bandidos. E a Polícia Penal também, que passa um aperto imenso dentro dos presídios. Nós precisamos urgentemente colocar mais investigadores e delegados. O Estado já tem o déficit. E eu fico vendo todo mundo falando de segurança, de saúde, mas todo mundo defende o governo. Eu não estou entendendo é essa parte. Nós precisamos saber quem é quem aqui.

E já há os indicadores de quantos crimes não são apurados no Estado de Minas Gerais por falta de efetivo. Isso não é culpa da Polícia Militar, não. É culpa do governo, que está discutindo aqui agora só a isenção tributária. Querem que a gente aprove aqui o PAF, que é um outro acordo com dívida. Estamos falando, se não me engano, de R\$136.000.000.000,00 e vai vir um outro com mais quase R\$150.000.000.000,00 se a dívida continuar evoluindo da mesma forma. Não podemos permitir que discursos levianos sejam o norte de uma campanha de um governador no Estado de Minas Gerais. Temos de falar a verdade. A dívida não está sendo paga. Quem vai pagar essa dívida? São os servidores públicos, que vão ficar anos sem reajustes, e a população que não vai ter mais concurso e vai-se criar um déficit maior ainda em nosso estado para servir o nosso povo. Todo mundo fala em boa gestão. Boa gestão é quando chega na ponta para servir a população. Não é só no discurso. Todo mundo é bom gestor no discurso, mas não sabemos, porque a população só sente isso quando chega na ponta, quando o exame chega na ponta, quando está no SUS Fácil, no pronto-atendimento aguardando um leito de UTI e consegue ser transferido.

Precisamos também falar da saúde mental da polícia. Já solicitei há mais de um mês na Comissão de Segurança que possamos discutir, junto com a Comissão de Saúde, sobre a saúde mental das Polícias Civil e Militar e até agora não foi nem colocado em pauta. A saúde pública tem os Caps, que podem dar apoio a vocês de forma gratuita e imediata. Estão segurando uma situação

grave. A cada semana vemos uma pessoa retirar a sua própria vida. Não podemos permitir essa proteção de pauta dentro da Assembleia. Se estamos vendo pessoas morrerem, temos de discutir isso. Existe o Caps 1, que é para psicossocial, o Caps AD 24 horas, que é financiado pelo governo federal. Podemos, sim, colocar prioridade para a força de segurança no agendamento de consultas e distribuição de medicamentos. Sabemos o quanto está deficitário o salário de vocês. Então, a segurança pública, o governo do Estado, a Secretaria de Estado da Saúde e a Comissão de Saúde devem, sim, dar apoio a vocês. Peço urgentemente ao Sargento Rodrigues para que possamos fazer juntos a defesa dessa pauta. Tenho a certeza de que, através da liderança do Ulysses Gomes, líder do nosso bloco, haverá um diálogo imenso para que todos os servidores públicos do Estado consigam o reajuste igualitário, assim como estamos lutando para que vocês tenham o tíquete-alimentação e uma estrutura digna para o trabalho.

Quero também levantar um ponto importante para todo o Centro-Oeste mineiro. Infelizmente, a cada semana estamos perdendo recém-nascidos por falta de leito de UTI neonatal. Ontem tivemos, infelizmente, uma apresentação com um investimento muito baixo perto do que é o orçamento atual da Secretaria de Estado de Saúde. O Hospital São João de Deus já oficiou a Superintendência Regional de Saúde sobre a necessidade urgente de podermos dar segurança a todas as gestantes do Centro-Oeste mineiro, não só de lá, mas também de todo o Estado. A região central de Belo Horizonte está em colapso, não consegue dar apoio às gestantes, às pessoas que precisam do SUS. São essas pessoas que têm de ser lembradas quando se faz política pública. Política pública é elencar prioridades. Se existem vazios assistenciais, temos de saber quais são os principais indicadores de óbitos do nosso estado, principalmente das mulheres, das gestantes, de nossas crianças. Todo mundo aqui é pai, mãe e sabe da dor de perder um filho ou saber que ele está entubado no pronto atendimento municipal sem estrutura e que precisa urgentemente de um leito especial, que é o neonatal.

Eu já falei que Oliveira quer colocar isso lá. Não quero um centavo do governo do Estado, não quero um centavo. Eu só quero habilitação e permitir que nós possamos trabalhar pelas nossas gestantes. Vou usar minhas emendas parlamentares para trazer segurança sanitária para as mulheres, para o povo do Centro-Oeste. Política não se faz só com discurso, se faz também com construção. Se tenho a possibilidade de fazer essa construção, eu vou fazer. Carmópolis de Minas já vai ser contemplada com um mamógrafo digital. A gente vê mulheres indo para o corredor da morte, da fila dos hospitais oncológicos, por falta de uma mamografia de R\$100,00. É inaceitável isso! O Estado de Minas Gerais tem em torno de 350 mamógrafos, e 70 são digitais. Isso é uma vergonha! Mamógrafos analógicos só conseguem identificar quando o nódulo está acima de 1mm. Infelizmente, é uma política simples de ser feita, é uma política de Estado, e está sendo terceirizada para nós, deputados. Nós já solicitamos em forma de requerimento para que o Estado faça essa política. Se o número mostra que estão morrendo, não tem que se discutir. Esse é o caminho. Eu fui secretário municipal de Saúde e transformamos a saúde pública de Oliveira. Levamos uma ressonância magnética pelo SUS, um mamógrafo digital, tomógrafo digital, hemodiálise, alta complexidade de neurocirurgia, cirurgia de coluna pelo SUS. Na covid-19, no mesmo leito onde o mais pobre se tratou o mais rico também se tratou – da Unimed particular. E tivemos a menor taxa de mortalidade de covid-19 do Centro-Oeste!

Há como se fazer, sim, uma política de resultados em que todos se tratam da mesma forma. E é isso que nós queremos que o Estado faça com a segurança pública do nosso estado. Vocês merecem isso! E jamais podemos permitir que isso aconteça enquanto nós formos deputados. A resistência está montada, e estamos organizados! E, deputados que estão nesta Casa, se preparem porque vamos ficar aqui até as 2 horas da manhã. Agradeço a todos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que o parecer prévio do Tribunal de Contas e os documentos referentes ao processo de prestação de contas do governador do Estado relativas ao exercício de 2020 foram publicados no *Diário do Legislativo* de hoje. A presidência informa, ainda, que o prazo de 10 dias para requerimento de informações ao Poder Executivo e ao Tribunal de Contas terá início amanhã, dia 30/6/2023, encerrando-se no dia 10/7/2023.

2ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Ulysses Gomes em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 822/2023 seja apreciado em primeiro lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Pessoal, agora, boa tarde! Boa tarde ao presidente, à Mesa e a todos os colegas parlamentares; e uma boa tarde a todas as... Vou começar pelas mulheres, servidoras públicas, que estão aqui desde o período da manhã, trabalhadoras em educação e saúde.

Quero deixar um cumprimento também a todos os profissionais das forças de segurança pública do Estado. Bom, gente, vamos atualizar: nós estamos, neste momento, nas mesmas condições do início dos trabalhos de hoje, às 10 horas da manhã. O governo permanece tentando aprovar o Projeto de Lei nº 767 em primeiro lugar, projeto do qual discordamos. Durante o período da manhã e ao longo das falas de muitos colegas deputadas e deputados, nós conseguimos ir compreendendo o conteúdo desse Projeto de Lei nº 767, que o governo tem pressa e quer aprovar em primeiro lugar. Nós continuamos dizendo que nós queremos aprovar em primeiro lugar o Projeto de Lei nº 822, que é o do reajuste da educação, em que serão apreciadas as emendas de outras categorias. Então, agora começa de novo o mesmo processo de a gente batalhar para que o governo aceite a inversão da pauta, e a gente vote o Projeto de Lei nº 822. Na sequência, a gente vai dar continuidade às discussões do Projeto de Lei nº 767.

Eu já sou deputada pelo quinto ano. Então, são cinco anos de oposição ao governo Zema. Mas eu sei que os instrumentos de obstrução têm limite. Então, o governo, ao esticar a corda e ao tentar determinar que precisa votar primeiro o 767 e, depois, o 822, só faz com que a gente tenha um dia inteiro de discussões. Nós já mostramos que nós temos fôlego de Plenário, as galerias mostraram que têm fôlego de galeria. Então, a gente vai seguindo aqui, pelo tempo necessário, para votar primeiro o Projeto de Lei nº 822.

Eu quero aproveitar o tempo que tenho para compartilhar com vocês esse trabalho de emendas do 2º turno. Então, eu vou pedir licença, pois eu vou dialogar com vários outros setores do funcionalismo, para que eles saibam que, na nossa luta aqui, nas comissões e no Plenário, nós também estamos batalhando pelo reajuste geral da inflação para o conjunto do funcionalismo. Por que nós estamos fazendo isso? Porque o governador não o faz. As galerias estão cheias.

Aliás, eu quero fazer um registro, gente, porque essa dinâmica de emenda em projeto de lei do governador sobre reajuste é uma inovação com o governo Zema. Antes, nos governos anteriores... Eu fiquei 10 anos, 10 anos não, mas três gestões, como coordenadora geral do Sind-UTE, no período do choque de gestão. Enfim, a gente tem aí uma jornada de lutas em vários governos e, em todos os governos, você tinha algum nível de negociação, de procedimentos e, quando chegava um projeto de lei à Assembleia, você não tinha essa movimentação de fazer emenda em projeto de lei do governador em relação a reajuste. Foi com o governo Zema que essa dinâmica se instalou, porque o governo Zema vai ignorando as pressões, a organização das categorias e não estabelece uma negociação. Então, ele fez uma negociação, em 2019, com a segurança pública e não cumpriu, não é isso? Então, o pessoal está batalhando pelo cumprimento de uma negociação de 2019. Ele enviou o projeto para cá; depois, ele vetou parte do seu próprio projeto.

Há uma parte da história em que, nesse meio-tempo, o Partido Novo foi ao Judiciário, isso é pouco dito, vou aproveitar este debate para lembrar. No meio do debate sobre o veto, a recomposição do projeto de lei com as emendas, em 2020, o Partido Novo foi ao Judiciário, questionando o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado, que manda excluir as despesas com os trabalhadores do serviço público aposentados do cálculo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, por que o Partido Novo fez isso, em 2020? Alegando inclusive que estava... Depois vou pegar a petição inicial. Eu gosto de ler as petições iniciais porque é onde se revelam todas as opiniões que, às vezes, tentam esconder aqui no microfone.

Eles alegam nessa petição inclusive... Como em Minas Gerais a gente tem um posicionamento do Tribunal de Contas que retira do cálculo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal os aposentados do serviço público do Estado, isso faz com que as categorias pressionem o governador pelos reajustes. Se eu não me engano, cita inclusive os trabalhadores da segurança pública. Vale a pena depois pegar essa petição inicial, porque ela é muito didática ao ver como o partido do governador pensa, opera e vai trabalhando para a retirada de direitos. Como o governo Zema inaugurou essa fase do Poder Legislativo de receber as pressões, receber as demandas e fazer as emendas, desde 2020 essa dinâmica de apresentar emendas aqui no Parlamento se instaurou.

Antes de falar das emendas, eu quero cumprimentar o Jairo, presidente estadual da Central Única das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, que está aqui. Solidariedade de classe é isto: é estar presente onde a classe trabalhadora está. Permitam-me também cumprimentar todos os profissionais da educação mobilizados, através da Denise, coordenadora-geral do Sind-UTE, que está aqui na galeria também.

Bom, no tempo que eu tenho, eu quero compartilhar a votação que foi feita ontem na Administração Pública de emendas apresentadas por nós, por colegas parlamentares, para que as pessoas saibam que nós temos feito a luta para que o processo de recomposição da inflação e de reajuste também alcance outras categorias. Então eu quero lembrar da emenda que nós, ontem, votamos. Eu votei favoravelmente, assim como o deputado... Foram 4 a 3 na votação. Eu e o deputado Professor Cleiton, pelo Bloco Democracia e Luta, votamos favoravelmente às emendas. Então eu quero compartilhar a Emenda nº 7 ao Projeto de Lei nº 822. Acho que dá tempo de fazer a leitura da emenda autorizativa no tempo que tenho. (– Lê:) “Fica o Poder Executivo autorizado a aplicar o mesmo índice de 12,84% a partir de 1º/1/2023, para as seguintes carreiras: grupo de atividades de gestão, planejamento, tesouraria e auditoria e político-institucional; auditor interno; especialista em políticas públicas e gestão governamental; todos os trabalhadores da Pasta da Agricultura e Pecuária; Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae; grupo de atividades da saúde” – cumprimento mais uma vez aí os profissionais da saúde que acompanham os debates aqui; “grupo de atividades da cultura do Estado; grupo de atividades da educação superior” – aqui estão a nossa Uemg e a nossa Unimontes; “grupo de atividades de seguridade social” – aqui estão os trabalhadores do Ipsemg; “grupo de atividades da ciência e tecnologia; grupo de atividades de desenvolvimento econômico e social; pessoal da defesa social; delegado de polícia, escrivão, investigador, médico legista e perito criminal, da Lei Complementar nº 129; do quadro de oficiais e praças da Polícia Militar de Minas Gerais e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, de que trata a Lei nº 5.301/1969; agentes de segurança penitenciária, de que trata a

Lei nº 14.695; agente de segurança socioeducativo, de que trata a Lei nº 15.302; grupo de atividades do pessoal do DER, da Lei nº 15.469; grupo de atividades da tributação e fiscalização; pessoal da Fazenda, técnicos fazendários da administração e finanças e analistas fazendários; grupo de atividades jurídicas da Lei Complementar nº 81; grupo de atividades de pesquisa e ensino em políticas públicas da Lei nº 23.178; pessoal do meio ambiente, da Lei nº 15.461”. É claro que todas essas discussões... O reajuste também se aplica aos servidores inativos e aposentados que fazem jus à paridade. O que eu estou lendo aqui? Eu estou lendo a Emenda nº 7, que foi apresentada pelos deputados do Bloco Democracia e Luta, na perspectiva de que essas carreiras do funcionalismo também sejam contempladas no debate de reajuste. A emenda foi votada ontem na Comissão de Administração Pública e lá foi rejeitada. O projeto vem todo para o Plenário quando nós fizermos o debate sobre o Projeto de Lei nº 822.

Assim, eu presto contas, exatamente porque a gente tem tratado de todas as carreiras do Executivo, e por isso a importância da inversão da pauta, que é o debate que estamos fazendo agora, para que a gente vote primeiro o Projeto de Lei nº 822. São essas as minhas considerações, presidente. Obrigada.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde a todos e todas; boa tarde, presidente, colegas deputados e deputadas, público que nos acompanha. Como o companheiro disse ali, vamos votar! É isso o que nós queremos. Como a deputada Beatriz colocou muito bem no início, isso é importante para que vocês saibam, de nossa parte, o porquê de estarmos querendo inverter essa pauta. Aliás, diga-se de passagem, muita coisa, neste governo, precisa ser invertida. Muita coisa! Na hora de aumentar o salário dele, pode; na hora de aumentar o salário da segurança pública e da saúde, não pode. Vamos inverter essa lógica? Vamos inverter isso? (– Manifestação nas galerias.)

Ele tem uma mania de sempre colocar a culpa no governo anterior, e aí podemos também pensar: depende do referencial. Quem é o governo anterior? É ele mesmo. Ele ficou quatro anos no governo, e o próprio governo atual é o governo anterior. Então é por isso que estamos aqui. Muita coisa precisa ser invertida. Em vez de pensar em combater a fome no Estado, ele pensa em *buffet* milionário: dar primeiro comida para o governo, antes de dar comida para o povo. Muita coisa precisa ser invertida aqui, e não só a pauta; muita coisa precisa ser invertida, colegas deputados e deputadas. Para asfaltar estrada para um determinado rancho que pertence a ele, tem dinheiro, tem milhões. Vamos inverter? Vamos inverter. Destine o dinheiro para asfaltar as estradas que mais precisam!

Eu poderia localizar... Aliás, essa palavra “localiza” é interessante, não é? Vamos lá, deputada Macaé! Eu vou localizar algumas coisas. Em vez de asfaltar a estrada que leva ao rancho, asfalte, conserte essa estrada. Essa cratera vai fazer dois anos, governador Zema! (– Mostra gravura.) Inverta! Não está falando que é um governo diferente? Então inverta. Mas eu poderia localizar, deputada Lohanna, e “localiza” é uma palavra interessante, não é, deputada Lohanna? Em vez de asfaltar a estrada do rancho, asfalte e conserte a estrada de Mata Verde. Vamos inverter não só a pauta; vamos inverter a lógica: fazer mais para quem tem menos.

Deixe-me ver se localizo mais alguma coisa aqui, deputada Beatriz: estrada de Jordânia a Almenara. Vamos inverter não só a pauta! Olhe, gente, isso é um asfalto. Localizei! Localizei a estrada de Almenara a Pedra Grande para vocês verem. Olhem que eu vou localizar! Olhem o que eu localizei aqui. Olhem a situação dessa estrada de Almenara a Pedra Grande. É bom lembrar ao governador Zema que, se ele tem um rancho em alguma região, que é uma das regiões mais desenvolvidas deste estado, ele também tem lojas Zema em outras regiões. Mas, para levar o dinheiro do nosso povo, aí, tudo bem!

Deixe-me ver se eu localizo... Ah, que interessante! Agora a MG-214 – Itamarandiba a Capelinha –, olhem a situação, gente! E posso localizar outras coisas mais. Olhem essa foto aqui! Olhem a situação!

Aliás, os moradores e moradoras desta região estão convidando – vereador Carlos Leal, vereador Eli, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamarandiba, toda região, povo de Capelinha –, estão comunicando e convidando a todos e a todas para uma manifestação às 13 horas, no próximo domingo, no Trevo da Carvoaria Chácara, para pedir asfalto, para pedir estrada. Enquanto

nosso povo pede estrada, ele pode perdoar milhões de IPVA, bilhões àqueles que mais têm. Olha, gente, não vamos inverter só a pauta, vamos inverter também essa lógica, vamos inverter. É isso que nós queremos, é isso que nós queremos. Não adianta falar que a segurança de Minas é maravilhosa. Falar é fácil, nós temos é que dar condições de trabalho, nós temos é que valorizar o salário. Aliás, falar é tão fácil que, lá atrás, ele já prometeu aumento e não deu. Falar é fácil. É preciso cumprir, é preciso cumprir.

Então nós precisamos inverter essa lógica, convocar todos os excedentes do concurso, valorizar a Polícia Civil, acabar com o assédio moral nas instituições, valorizar a Polícia Penal, valorizar aqueles que deram a sua vida na pandemia, aqueles que arriscaram a vida, como vocês, da segurança, da saúde. Da saúde, gente, quantos morreram? Aliás quero lembrar ao pessoal da saúde do Estado que nós também apresentamos emenda concedendo o mesmo valor de reajuste, nos mesmos moldes, para a saúde. Ela foi reprovada na comissão, mas nós vamos tentar um acordo de líderes para que ela seja aceita aqui, no Plenário. É preciso valorizar todos e todas. O Estado não funciona sozinho com o governo. Aliás, está passando da hora de o governador enfrentar as questões como questões de Estado, e não de governo.

É preciso mais que inverter a pauta. E preciso mais! Nós temos aqui, como a deputada Beatriz colocou muito bem, dois projetos de lei na pauta. O que nós estamos pedindo é a inversão para, primeiro, pensarmos na questão dos trabalhadores e trabalhadoras, e, depois, pensarmos na questão do governo. Também nós compreendemos que a outra questão não é de governo, a outra questão... Nós entendemos que a outra questão... Por que não votar primeiro? Se é um governo diferente, pensem primeiro nos trabalhadores e trabalhadoras, para, depois, pensarem nas questões do governo, porque eles não estão pensando na questão de Estado.

Olha, gente, há anos o nosso bloco solicitou que o Estado diga qual é seu caixa; que abra as contas do Estado, diga quanto tem. Quando a gente fala que não tem recurso para o aumento salarial, para o reajuste... Mais que reajuste, gente, tem de ter ganho real, é mais que reajuste. Quando a gente diz que não tem dinheiro, a primeira coisa que a gente tem de fazer...

Então, colegas deputados e deputadas, servidores aqui presentes, servidores de todos os estados que estão nos ouvindo, quando nós, da oposição, estamos em processo de obstrução, significa que, na verdade, esta Casa está trabalhando mais para defender os trabalhadores e as trabalhadoras. Por isso estamos fazendo obstrução, por isso estamos aqui obstruindo, para fazer mais por vocês, pois nós não achamos justa a condução dessa maneira.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, deputadas e deputados. Boa tarde, presidente. Quero cumprimentar os trabalhadores e as trabalhadoras que estão aqui, nesta Casa, e também me colocar à disposição nessa luta, que é muito justa. Os trabalhadores que estão como excedente aguardam o Estado lhes garantir os direitos. O déficit de policiais penais no Estado de Minas Gerais tem levado à morte trabalhadores e causado morte dentro do sistema prisional. Então deixo o recado aqui, reforçando o meu compromisso para que os excedentes do concurso público sejam chamados a começar o treinamento e assumir o que lhes é de direito. Eu acompanhei de perto e sei como é desafiador o concurso que o Estado ofereceu; abriu vagas, mas não foram preenchidas. Muito pelo contrário, não é? Está lá contratando, de forma indireta, cada vez mais, terceirizando o serviço público. É isso.

Gente, nós estamos aqui, apresentamos um requerimento de inversão de pauta e eu quero reforçar que o nosso principal objetivo é atender os servidores públicos, que conquistaram um projeto enviado a esta Casa pelo governador. E esse projeto só não foi votado para garantir, garantir... Nós estendemos a todos os servidores... Ele garante também o piso salarial dos professores, só que não foi votado. É importante registrar isso porque a base do governo não aceita a inversão da pauta. Infelizmente, o próprio governo manda um projeto para esta Casa, ou seja, o projeto é do governo, e não foi votado porque a base do governo se recusa a votar primeiro o dos trabalhadores para depois discutir a pauta do governo. É isso que está nos prendendo aqui.

Eu quero chamar a atenção para o fato de nós entendermos a recomposição salarial de todos os trabalhadores. Nós fizemos um emenda para garantir a recomposição mínima a todos os trabalhadores, todos os servidores públicos. Estamos aqui defendendo a inversão de pauta para atender primeiro o projeto da educação, porque o projeto do governo tem a ver com a recuperação fiscal, que,

nada mais, nada menos, significa fechar o Estado. É tirar qualquer chance do Estado hoje de contratar novas pessoas, ampliar serviços e atender a recomposição nos próximos anos, gente. O Regime de Recuperação Fiscal, que é a primeira fase, esse PAF, que parece nome de salsicha, mas não é, é o primeiro passo que o governador quer dar para o Regime de Recuperação Fiscal ser implementado no Estado de Minas Gerais. É o mal para todos. Quem nos acompanha aqui está vendo que é uma loucura ter deputados que aprovam o Estado ser reduzido.

Isso significa que, nos próximos anos, nós vamos ter que fechar escola, nós não teremos hospitais mantidos pelo Estado, porque não vai ter nem servidor. Os servidores que vão se aposentar não serão substituídos nem por contratação indireta, porque não vai ter recurso. É congelar o Estado nos próximos anos.

E nós estamos acompanhando aqui – ninguém aqui é bobo – o Assembleia Fiscaliza. Eu quero compartilhar com o socioeducativo, que está aqui; com os policiais civis, que estão aqui reivindicando direito trabalhista. Nós acompanhamos o Assembleia Fiscaliza e nós ouvimos da Secretaria de Cultura que a cultura está caminhando bem em Minas Gerais, que o queijo tem atraído pessoas para o Estado de Minas Gerais, que a cachaça... Eles falam de objetos, mas não falam de pessoas. Mas a Secretaria de Cultura não tem servidor. Quando você pergunta: “Mas esses projetos com nome bonito quem é que toca? Iniciativa privada. É o tal dos convênios. Entrega para a iniciativa”. Não tem servidor na Secretaria de Cultura. É o mínimo! E, mesmo com o mínimo, todo recurso que chega à cultura fica para pagar servidores e manter a secretaria. Eles colocam lá 2%, 3% para política, de fato, que atendem os mineiros.

A mesma coisa, no Assembleia Fiscaliza da saúde. Incrível, não é? A saúde! Existem pessoas que estão há seis anos na fila, aguardando uma ressonância – seis anos. O secretário de Saúde está bem avaliado, diz que é um bom gestor, que está organizando a pasta, mas nós estamos acompanhando diariamente servidores de greve. E o pior: abriram processo administrativo contra servidores que estavam em greve. Que saúde é essa que anda bem, que secretário é esse bem avaliado? Eles cuidam de papéis – os burocratas de rua –, não cuidam de gente e acham que a administração pública vai funcionar sem servidor. Vão colocar a Alexa para atender as pessoas, porque não tem servidor, o servidor está em greve.

Por último, muito grave: estamos acompanhando a segurança pública – a Sejusp também esteve aqui na Casa – e nós apontamos a eles problemas graves que vocês todos estão acompanhando, como o alto índice de autoextermínio entre trabalhadores que estão na segurança pública. Isso está acontecendo na Polícia Civil. Infelizmente os jornais têm noticiado o caso da escrivã que tirou a própria vida, mas há outros casos de assédio, perseguição de trabalhadores, que estão pedindo socorro, que estão pedindo que o Estado garanta assistência à saúde mental dos trabalhadores. Toda vez que precisar de reajuste... Quantas horas, quantos dias vocês estão aqui na Casa para conseguir aquilo que está escrito no estatuto de vocês, que está escrito na Constituição do Estado? A recomposição salarial não precisava ser rediscutida todo ano; era só aplicar. É isso que o governador não faz. Mas a Secretaria de Justiça traz números dizendo: “O Estado mais seguro do País é Minas Gerais”. Pode ser, mas é graças aos trabalhadores da segurança pública que estão na rua, não ao secretário. Esses mesmos trabalhadores que geraram esses números de segurança não são respeitados nos seus direitos quando estão aqui, lutando por reajuste salarial, que é reajuste correspondente à inflação. A gente faz o concurso com um salário, e o salário vai ficando tão defasado... Eu sou educadora infantil em Ribeirão das Neves, e a gente sabe o que é isso, a gente tem que trabalhar fazendo bico para complementar a atividade que a gente faz.

Você presta serviço e dá a sua vida para o Estado, mas tem que fazer bico por fora, quer vendendo coisas, quer dirigindo por aplicativo, porque o Estado não tem responsabilidade com o servidor público, não cumpre o que está escrito na lei e acha que esta Casa vai se submeter novamente ao desejo do governador, que nada mais é do que tentar tirar a competência desta Casa de aprovar qualquer mudança fiscal no Estado. Nós queremos garantia para os trabalhadores e é por isso que nós estamos aqui, pedindo que haja inversão da pauta e que esta Casa atenda primeiro os servidores públicos e, depois, discuta reajuste fiscal. É isso.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 2 horas para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente (deputado Betinho Pinto Coelho) – Estão reabertos os nossos trabalhos. Esgotado o prazo destinado a esta reunião, a presidência declara prejudicado o requerimento de inversão de pauta, do deputado Ulysses Gomes.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de logo mais, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/6/2023

Presidência da Deputada Leninha

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata; discurso da deputada Beatriz Cerqueira; aprovação – Questões de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Alencar da Silveira Jr. – Alê Portela – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Chiara Biondini – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Enes Cândido – Gustavo Santana – João Magalhães – Lohanna – Lucas Lasmar – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

A presidenta (deputada Leninha) – Às 18h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a 2ª-secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– A deputada Ana Paula Siqueira, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

A presidenta – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Pessoal, pedi para discutir a ata, porque, provavelmente, é o último momento desta reunião, porque, quando o colega da base do governo pede o encerramento, possivelmente o governo vai tirar o quórum e sem 26 parlamentares esta reunião não continuará. Então, é isso que está ali em curso agora. Então, o pedido para encerrar a reunião, feito pela base do governo, dentro da tática do governo, tem este objetivo: de os trabalhos não seguirem, de não conseguirmos inverter a pauta e, portanto, os trabalhos serem finalizados. Então, é o que deve acontecer daqui a pouco, porque vai-se fazer a chamada, os deputados do governo talvez não entrem no plenário, ficaremos só nós do bloco de oposição. Somos 20 e não somos número necessário para a continuidade dos trabalhos. Então, quero explicar às pessoas o que está acontecendo. O governo começou a semana

de forma catastrófica, fazendo mudanças internas dentro de uma disputa de jogo interno deles com a mudança do secretário de Governo. Então, é preciso resgatar a realidade de que você tinha um secretário de Governo, responsável pela interlocução institucional com a Assembleia Legislativa, que não sei qual foi o nível da incapacidade interna do governador de permitir que isso acontecesse. Então, a Assembleia Legislativa começou a semana sem o secretário de Governo responsável pelas negociações, pelas tratativas. Na segunda, nós do bloco de oposição abrimos mão da continuidade de obstrução que renderia muito tempo ainda. As votações aconteceram dentro de um gesto nosso, na expectativa de que, a partir da terça-feira, pudéssemos ter tratativas em torno das pautas que são unitárias nossas. Então o desastre do governo Zema começa na sua ausência de articulação quando ele retira, no meio de uma semana estratégica de discussões, o seu interlocutor com a Casa. Então vamos resgatar, porque o que acabou de ser dito pelo novo secretário de Governo, que começa com uma relação péssima, péssima, com o bloco de oposição ao dizer, ali fora, “obstrução irresponsável”, “intransigência irresponsável”, dizendo que nós somos da turma do quanto pior melhor... Eu quero dizer ao deputado Gustavo Valadares, que será o próximo secretário de Governo, que essa narrativa não cola, porque nós, ou seja, eu, desde a semana passada, tenho pedido que o projeto da educação não seja a chantagem que vocês estão fazendo conosco para aprovar o PAF... O que o PAF tem a ver com o reajuste da educação? Sabe o que está demonstrando? Que nunca foi a intenção, de fato, o reajuste da educação, porque o tempo inteiro a gente teve que pedir, teve que conversar, para que a tramitação acontecesse. Não venha discutir e não vá à sociedade mineira dizer que a não votação do 822 hoje é responsabilidade nossa, porque não é. Vocês erraram na tática. Se vocês tivessem, de manhã, topado inverter no período da manhã, o projeto do reajuste já teria sido votado e já estaríamos na discussão do PAF. Vocês erraram na tática a semana inteira para ali, agora, chamar a imprensa tentando fazer uma falsa narrativa de que nós somos a oposição do quanto pior melhor. Vergonha é do governo que não teve a habilidade para tramitar um projeto que ele deveria ter tramitado há um ano! É incompetência do governo Zema que deveria ter apresentado esse projeto do PAF no ano passado. Mas não tem competência, não tem competência! E, quando começou esta legislatura, o que vocês deveriam ter feito? Trazido o projeto do PAF como a prioridade. Qual foi a prioridade do governo Zema? Aumentar o seu próprio salário em 300%. Qual foi a segunda prioridade do governo Zema? A segunda prioridade do governo Zema foi reforma administrativa para colocar os seus nos cargos comissionados que não existiam e que precisaram existir. E, agora, aos 48 minutos do segundo tempo, fazendo chantagem com a educação! Ninguém tem vergonha disso não? Ninguém tem vergonha! Alguém acha que alguém vai cair nesse discurso completamente fora da realidade? Educação tem recurso vinculado. Não precisa atrelar, porque eram R\$5.000.000.000,00 e, agora, são R\$15.000.000.000,00. O secretário de Governo acabou de dizer que são R\$16.000.000.000,00. Eles não sabem... Eu vou concluir. Eles não sabem nem quanto vão pagar na segunda-feira. Incompetência política, incompetência técnica e incompetência do governo e quer colocar na conta de quem quer votar pautas positivas, e o governo não quis. Vocês erraram na tática. Assumam o erro de vocês! Eu peço a suspensão dos trabalhos, presidenta.

A presidenta – Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

Questões de Ordem

O deputado Noraldino Júnior – Sra. Presidente, peço encerramento, de plano, por falta de quórum.

O deputado Carlos Henrique – Eu peço o encerramento, de plano, por falta de número regimental, Sra. Presidente. É regimental. Eu estou pedindo o encerramento, de plano, da reunião. Não há quórum para discutir absolutamente mais nada.

Encerramento

A presidenta – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de logo mais, às 19 horas, e de amanhã, dia 30, às 10 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19 horas do dia 3 de julho de 2023, destinada a comemorar os 150 anos de nascimento de Alberto Santos Dumont.

Palácio da Inconfidência, 30 de junho de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Nayara Rocha e os deputados Celinho Sintrocel, Caporezzo e Delegado Christiano Xavier, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/7/2023, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a importância do profissional farmacêutico para o cumprimento da Resolução SES/MG nº 8.428/2022, que estabelece as normas gerais para concessão e execução do incentivo financeiro para custeio, na esfera municipal, da Política Estadual de Assistência Farmacêutica Ambulatorial no âmbito das Redes de Atenção à Saúde – Farmácia de Minas –, e a efetivação do pagamento a esses profissionais do incentivo financeiro previsto na resolução, como complementação salarial.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2023.

Betão, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 479/2023****Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

De autoria do deputado Professor Cleiton, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Educacional Disciplinar de Itajubá, com sede no Município de Itajubá.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Ciência e Tecnologia. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Educacional Disciplinar de Itajubá, com sede no Município de Itajubá, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão da educação.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade tem por objetivo a prestação de apoio educacional para alunos do ensino fundamental e médio. Ainda conforme o estatuto, dentre as atividades oferecidas pela associação, estão atividades esportivas, cursos profissionalizantes, oficinas de música, coral, informática, inglês, artes e artesanato, fanfarra, judô, karatê, primeiros socorros, noções de trânsito e antidrogas, além das aulas de reforço escolar.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido para o fortalecimento do ensino no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 479/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2023.

Lohanna, relatora.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 29/6/2023, a seguinte comunicação:

Do deputado Betinho Pinto Coelho em que notifica o falecimento de Irmã Maria do Carmo de Albuquerque, ocorrido em 28/6/2023, em Belo Horizonte. (– Ciente. Oficie-se.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/6/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Daiane Félix Alves, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lucas Lasmar;

exonerando Eraldo Firmino de Castro, padrão VL-52, 6 horas, com exercício na Presidência;

exonerando Julio Cezar Corsino de Souza, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

exonerando Miquéias de Sousa, padrão VL-46, 6 horas, com exercício na Presidência;

exonerando Patrik da Silva Martins, padrão VL-51, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lucas Lasmar;

exonerando Thiago dos Santos Gomes, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bim da Ambulância;

nomeando Berenice da Penha Lima, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho Sintrocel;

nomeando Daiane Félix Alves, padrão VL-46, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Eraldo Firmino de Castro, padrão VL-48, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lucas Lasmar;

nomeando Lucas Athos Salatiel Rodrigues Fragoso, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho Sintrocel;

nomeando Maria de Fátima Machado Thomaz Silva, padrão VL-45, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Carlos Arantes;

nomeando Miquéias de Sousa, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lucas Lasmar;

nomeando Patrik da Silva Martins, padrão VL-52, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Paulo Felletti Junior, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira.

**ERRATA****ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/6/2023**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/6/2023, na pág. 30, sob o título “Despacho de Requerimentos”, onde se lê:

“Requerimento nº 1.828/2022, do deputado Raul Belém”, leia-se:

“Requerimento nº 1.828/2023, do deputado Raul Belém”.